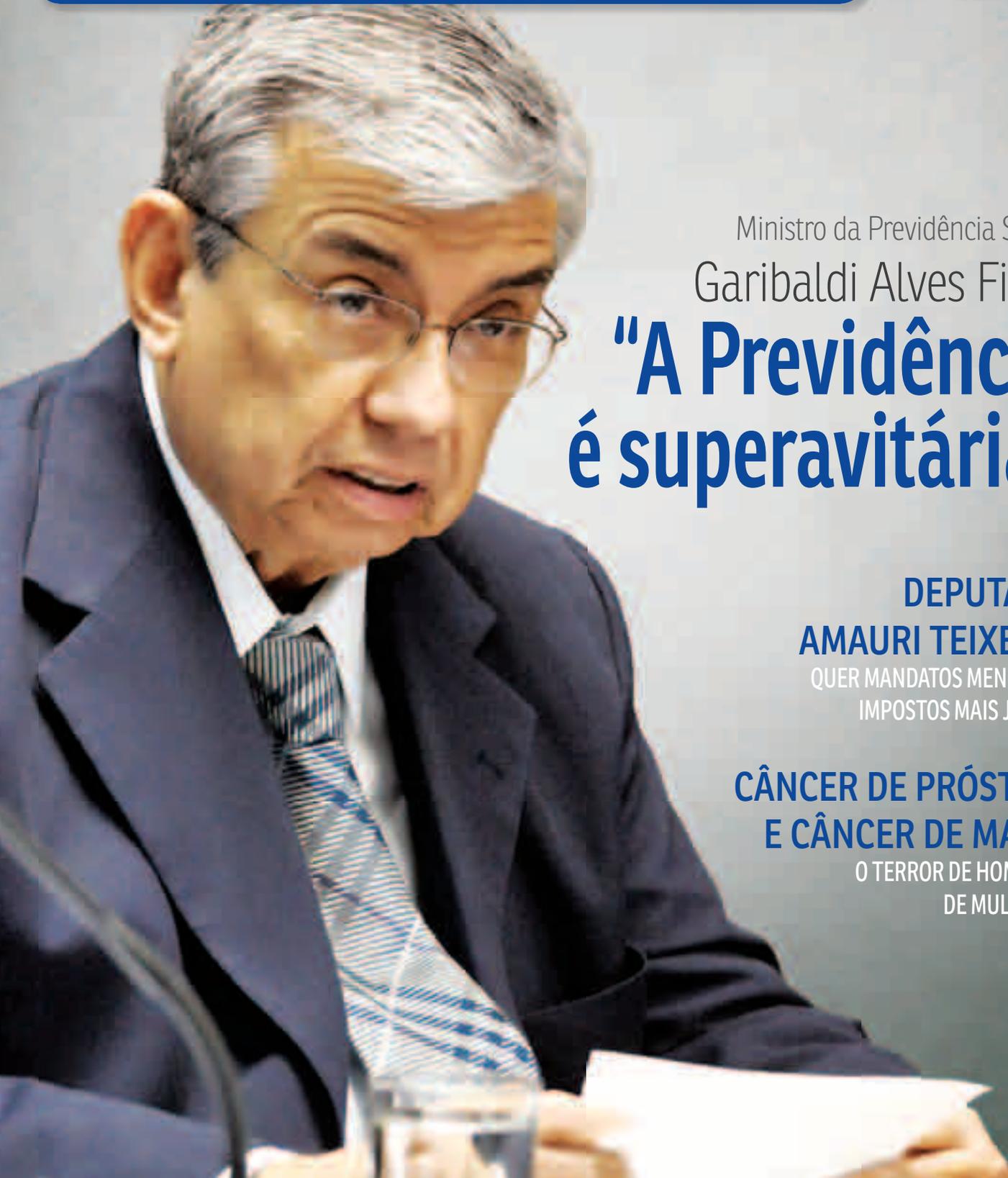


Seguridade Social e Tributação

Ano XXI | Nº 107 | Brasília | abril/junho de 2011



Associação Nacional dos Auditores
Fiscais da Receita Federal do Brasil



Ministro da Previdência Social

Garibaldi Alves Filho

"A Previdência é superavitária"

DEPUTADO

AMAURI TEIXEIRA

QUER MANDATOS MENORES E
IMPOSTOS MAIS JUSTOS

CÂNCER DE PRÓSTATA
E CÂNCER DE MAMA

O TERROR DE HOMENS E
DE MULHERES



**AUDITOR-FISCAL da RFB,
peça essencial para o
funcionamento do Brasil.**

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil trabalha pelo nosso país. É do resultado do recolhimento dos tributos que podem ser construídas escolas, hospitais, creches e tantos outros benefícios para o povo brasileiro. O Auditor-Fiscal da RFB é peça fundamental para o desenvolvimento do Brasil.



ANFIP

Associação Nacional dos Auditores
Fiscais da Receita Federal do Brasil

www.anfip.org.br

País governável

Inflação em alta, cuidado redobrado com as contas públicas, crise internacional, combustíveis a preços cada vez mais elevados. O cenário pode não ser ainda alarmante, mas já preocupa. Às vésperas da sua XXIII Convenção Nacional, a ANFIP se prepara para analisar este e outros aspectos da vida nacional, demonstrando mais uma vez sua capacidade de colocar-se como interlocutora de peso diante dos grandes problemas que afetam a nação brasileira.

É verdade que há muitos aspectos positivos. Oitava maior economia do mundo e tido como país emergente, o Brasil se destaca como mercado consumidor. Segundo dados divulgados recentemente pela Imprensa, o poder de compra do brasileiro situa-se hoje em sexto lugar no âmbito global, em razão de fatores como valorização do real e os sete anos seguidos de crescimento da massa de salários. Em período de crise econômica internacional, o Brasil conseguiu segurar o PIB (Produto Interno Bruto) e promoveu ganhos reais do salário mínimo, cujo valor, evidentemente, ainda está longe até mesmo daquilo que preceitua a Constituição Brasileira no que tange às necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Mas o gigantismo dos números da economia brasileira serve de sustentação para o otimismo, tendo em vista que, apesar dos percalços, nosso país responde por metade da economia da América do Sul no que se refere à chamada paridade do poder de compra (PPP).

A economia, conforme se verifica, é o marca-passo que garante a pulsação da nação brasileira. Não é por outro motivo que a atividade do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil evidencia-se hoje como foco de destaque entre todas as missões

cumpridas por aqueles que se encontram a serviço do Estado para promover a obtenção dos recursos indispensáveis à escalada do país rumo ao pleno desenvolvimento, com distribuição de renda e paz social. Nesse sentido, é forçoso reconhecer a necessidade de respaldar essa atividade com os melhores instrumentos ao seu alcance, oferecendo ao país legislação robusta que permita o desempenho das funções do Auditor-Fiscal com independência e tecnicidade que não dêem margem a qualquer tipo de distorção. A Lei Orgânica do Fisco (LOF), ainda em vagarosa tramitação, é um desses instrumentos. Há que se fomentar ainda a educação fiscal, outro aspecto insistentemente apontado pela ANFIP como indispensável à perfeita compreensão da atividade exercida pela RFB.

É lógico que ainda há uma imensidão pela frente. Os contrastes sociais são inquietantes, a saúde está em estado lastimável, a educação está completamente desestruturada e a segurança pública é motivo de permanente tensão. Nesse aspecto, convém alertar a população brasileira quanto à sua irrenunciável missão de fiscalizar os recursos arrecadados e, mais do que isso, exigir a criação de mecanismos cada vez mais eficazes para promover essa vigilância permanente. Somente assim se constrói um país grandioso.

A XXIII Convenção Nacional destaca-se na agenda das entidades representativas como acontecimento da maior importância no cenário político e econômico nacional. Estamos confiantes de que, desse evento, surgirão novas luzes para abrilhantar o caminho do Brasil, uma tarefa que - de resto - sempre foi exercida com dedicação pela ANFIP e por todos os seus associados.

CONSELHO EXECUTIVO

Jorge Cezar Costa
Presidente do Conselho Executivo

Eucélia Maria Agrizzi Mergar
Vice-presidente Executiva

José Roberto Pimentel Teixeira
Vice-presidente de Assuntos Fiscais

Maria do Carmo Costa Pimentel
Vice-presidente de Política de Classe

Maria Bernadete Sampaio Bello
Vice-presidente de Política Salarial

Floriano José Martins
Vice-presidente de Assuntos de Segurança Social

José Avelino da Silva Neto
Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões

Ana Mickelina Barbosa Carreira
Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas

Antonio Silvano Alencar de Almeida
Vice-presidente de Serviços Assistenciais

Manoel Eliseu de Almeida
Vice-presidente de Assuntos Jurídicos

Décio Bruno Lopes
Vice-presidente de Estudos de Assuntos Tributários

João Alves Moreira
Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro

Luiz Mendes Bezerra
Vice-presidente de Finanças

Ademar Borges
Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário

Rosana Escudero de Almeida
Vice-presidente de Comunicação Social

Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão
Vice-presidente de Relações Públicas

Assunta Di Dea Bergamasco
Vice-presidente de Assuntos Parlamentares

Fábio Galizia Ribeiro de Campos
Vice-presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Gitirana - BA
Nilo Sérgio de Lima - (GO)
Jonilson Carvalho de Oliveira - (RN)

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Pedro Dittrich Junior - SC
Coordenador

Rozinete Bissoli Guerini - ES
Vice-Coordenadora

Maria Aparecida F. Paes Leme - RN
Secretária

Lucimar Ramos de Lima Ramalho - PB
Secretária-Adjunta

AC - HELIOMAR LUNZ
AL - ANDRÉ VILAÇA DOS SANTOS
AM - MIGUEL ARCANJO SIMAS NOVO
AP - EMIR CAVALCANTI FURTADO
BA - ARNALDINO MORAES PITTA
DF - FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO
CE - NOÉ FREITAS JÚNIOR
ES - ROZINETE BISSOLI GUERINI
GO - CARLOS JOSÉ DE CASTRO
MA - ANTÔNIO DE JESUS O. SANTANA
MG - AFONSO LIGÓRIO DE FARIA
MS - CASSIA APARECIDA MARTINS DE A. VEDOVATTE
MT - MANOEL DE MATOS FERRAZ
PA - AVELINA MARINHO DE OLIVEIRA
PB - LUCIMAR RAMOS DE L. RAMALHO
PE - PAULO CORREIA DE MELO
PI - LOURIVAL DE MELO LOBO
PR - MÁRCIO HUMBERTO GHELLER
RJ - JOÃO BARROS PADILHA
RN - MARIA APARECIDA FERNANDES P. LEME
RO - ENI PAIZANTI L. FERREIRA
RR - ANDRE LUIZ SPAGNUOLO ANDRADE
RS - MARVILLE TAFFAREL
SC - PEDRO DITTRICH JUNIOR
SE - MANOEL ALVES GOMES
SP - MARGARIDA LOPES DE ARAUJO
TO - FRANCISCO RAIA

AO LEITOR

Neste último número referente à atual gestão da ANFIP, a revista *Seguridade Social e Tributação* traz assuntos de peso que podem fomentar o debate durante a XXIII Convenção Nacional, que ocorrerá de 14 a 17 de maio. Em entrevista exclusiva, o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, desmente mais uma vez a existência de déficit previdenciário, observando que ele não existe na área urbana e, na área rural, pode ser encarado como sinônimo de paz social. Em outra entrevista, o deputado Amauri Teixeira (PT-BA) diz que lutará por uma reforma tributária que represente justiça com os que não podem pagar os altos tributos hoje incidentes exatamente sobre os ganhos de quem têm menor poder aquisitivo. Ele observa que atualmente predominam os impostos indiretos, sobre o consumo, que penalizam os trabalhadores de menor renda, quando o correto seria concentrar a carga tributária sobre o patrimônio e a renda.

A área da saúde é outro ponto alto da revista, com a abordagem de dois temas que afligem mulheres e homens: o câncer de mama e o câncer de próstata. Também a área política não foi esquecida, com a repercussão de tema já abordado em edição anterior, onde se discute a questão das reformas previdenciária, política e tributária. Como sempre, fica evidente que o governo não vem sinalizando com a possibilidade de propor uma reforma maciça, mas em etapas, devido ao teor polêmico de todos os assuntos que estão na mesa de debates.

O presente número da revista foi elaborado com mais celeridade, devido à importância de se fazer presente na Convenção Nacional, evento de maior importância no calendário da ANFIP. Estamos convencidos de que, apesar dos percalços e dos imprevistos, a qualidade foi mantida, com a abordagem de temas diversificados de grande interesse. A equipe da revista e os conselheiros da Entidade fazem votos de que todos aproveitem ao máximo os assuntos propostos e de que tirem o máximo proveito da Convenção Nacional a ter lugar em Gramado.

Boa leitura.



CARTAS

Prioridades

Novos ventos, é o que se espera, trazem otimismo à população brasileira, com a posse de governantes em âmbito nacional e federal. O problema da educação deve ser atacado de frente, e também não é mais possível ver crianças e adultos morrendo nas filas dos hospitais. Sabemos todos que as prioridades são muitas, mas Educação e Saúde estão no topo das atenções. Fazemos votos para que a presidente eleita, com sua sensibilidade feminina, cuide bem desses dois entraves ao desenvolvimento e ao bem estar do brasileiro.

Lidia Santos de O. P. Silva
Curitiba - PR

Violência urbana

Entrada ano, sai ano, o Brasil continua padecendo do inquietante problema referente à segurança pública. O verdadeiro massacre de crianças numa escola no Rio de Janeiro chocou a nação brasileira, mas é apenas um entre inúmeros fatos que nos alarmam e nos entristecem.

Se fosse fato isolado, poderia ser colocado no rol de acontecimentos imprevistos, ou até inevitáveis. Mas não é assim que isso deve ser encarado. É preciso entender a educação como valor mais abrangente, que não se limite às quatro paredes de uma escola, mas se estenda a toda a sociedade, por meio do permanente fortalecimento da cidadania e do respeito ao ser humano em sua individualidade, o que afastaria ou pelo menos amenizaria o surgimento de animalismos dessa natureza. Os valores humanos estão em decadência e a sociedade em peso é responsável por isso. É necessário acordar a tempo, pois todos nós poderemos ser vítimas um dia.

José Eustáquio B. S. de Souza
Vitória - ES

Parabéns pela revista

Ótimos assuntos abordados, em especial "Gastar com Qualidade". A carga tributária no Brasil é muito alta e os serviços essenciais, como saúde, educação e segurança deixam a desejar em todos os Estados. Essa situação deixa a sociedade mais revoltada, com notícias de casos de corrupção e desvio de dinheiro público. A sociedade não aguenta mais o aumento da carga tributária ou a criação de novos tributos. Precisamos de transparência nos tributos, muita fiscalização e governantes que saibam usar bem o dinheiro de tributos.

James Sankiti Aguenta Soares
Natividade - TO

ENVIE SUA CARTA

Envie sua carta, com nome e endereço completos, para o seguinte email: comunicacao-social@anfip.org.br

SUMÁRIO

7



Pauta permanente

As tão propaladas reformas são novamente o centro das atenções, como em qualquer início de governo. Desta vez, contudo, parece que o poder Executivo decidiu ir com mais comedimento nesse ímpeto reformista, que de resto é mais uma iniciativa de alguns segmentos da sociedade do que das cabeças políticas de Brasília. O tom adotado pela presidente Dilma aponta para a possibilidade de reforma "em gotas"...

Câncer de mama

O câncer de mama é provavelmente o mais temido pelas mulheres e sua incidência vem aumentando no Brasil. Segundo o Inca (Instituto Nacional do Câncer), a história familiar (como em todos os tipos de câncer) é um importante fator de risco, mas há outros dados que merecem atenção especial.



10

13



Câncer de próstata

A prevenção ainda é a melhor arma contra o terror que assusta os homens: o câncer de próstata. Mas o preconceito contra o chamado exame do toque retal torna esse tipo de câncer o tumor mais comum em homens com mais de 50 anos de idade, quando os cuidados devem ser redobrados.

Superávit

O ministro Garibaldi Alves Filho, da Previdência Social, diz que o chamado "déficit" da Previdência não existe na área urbana (onde há "superávit") e que na área rural o suposto "déficit" significa na verdade "proteção aos trabalhadores rurais, hoje responsáveis pela maior parte dos alimentos que chegam às nossas mesas".



15

19



Impostos e mandatos

O auditor fiscal da RFB e deputado federal Amauri Teixeira defende uma reforma tributária que amplie o peso dos impostos diretos, de modo a sacrificar menos os contribuintes de menor poder aquisitivo. Ele também advoga a redução do mandato de senador, de 8 para 4 anos.

Assessoria Econômica

O ideário neoliberal provocou ondas de reformas previdenciárias, modificando os sistemas de Seguridade Social e desencadeando privatizações que agravaram ainda mais as injustiças sociais na América Latina. O Chile foi o primeiro a privatizar a previdência, em 1981, mas não obteve êxito.



23

33



Ideias e Debates

Quem pensa em trabalho parece pensar somente em emprego. O importante é reconhecer como úteis, necessárias e indispensáveis as muitas formas emergentes de trabalho. Em artigo, o professor Paulo Nathanael Pereira de Souza analisa a questão.

Reforma:

um assunto que
não sai da pauta

Uma pauta recorrente domina o debate político em todo o início de Governo no Brasil, nos 20 últimos anos. São as tão propagandas reformas, que são sempre as mesmas: tributária, previdenciária e política, invariavelmente sob o argumento de que são fundamentais para que o País siga a rota do crescimento. Desta vez, contudo, parece que o poder Executivo decidiu ir com mais comedimento nesse ímpeto reformista, que de resto é mais uma iniciativa de alguns segmentos da sociedade do que das cabeças políticas de Brasília.

Em sua edição número 106, a revista *Seguridade Social e Tributação* ouviu o cientista político Leonardo Barreto e o presidente da Câmara, deputado Marco Maia, que demonstraram não apostar na possibilidade de se efetuar reformas de grande vulto no país, por questões diversas. Depois disso, o assunto começou a repercutir nos meios políticos, com propostas isoladas, algumas delas referentes a mudanças nas regras para as eleições. Em sua primeira reunião com a base aliada – um heterogêneo condomínio político de 17 partidos – a presidente Dilma Rousseff tratou de botar água na fervura. Não pretende encaminhar nenhum pacote de mudanças ao Congresso. A proposta de reforma tributária, por exemplo, será fracionada. Realista, a presidente disse que tem consciência da dificuldade de se aprovar uma proposta que implique grandes mudanças de uma só vez.

Certamente Dilma tem em mente as duas tentativas fracassadas de seu antecessor Lula quando então exercia o cargo de chefe da Casa Civil. Ainda em seu

primeiro mandato, o ex-presidente tentou enviar ao Congresso uma proposta de reforma tributária – chegou a buscar o apoio dos governadores, mas não conseguiu lograr êxito. No segundo mandato, Lula chegou a envolver entidades empresariais e sindicais para construir uma proposta de consenso, mas a iniciativa acabou empacada no Congresso.

Embora ainda não tenha fechado uma proposta de reforma, seja tributária ou previdenciária, nos bastidores da política sabe-se que a presidente Dilma encaminhará algumas medidas ao Congresso, a conta-gotas. A presidente tem se queixado, por exemplo, da guerra fiscal entre os estados, em que muitos reduziram para 3% o ICMS para bens importados em seus portos, o que vem prejudicando diversos setores da indústria e gerando desemprego pela concorrência predatória dos importados.

DIVERGÊNCIAS

Discute-se também a oportunidade de uma mini reforma da Previdência. Uma das medidas em estudo é o fim do fator previdenciário – desde que com algum substituto para não aumentar o suposto déficit – implantação da idade mínima para a aposentadoria, mas apenas para quem está entrando no mercado de trabalho, e fundo de pensão para os servidores públicos.

Essas discussões, contudo, estão no âmbito do Executivo. No Congresso, o que se discute mesmo é o que mais interessa para quem tem mandato: a reforma política. Em pouco mais de um mês após o início da atual legislatura foram

criadas duas comissões, uma na Câmara e outra no Senado, para discutirem uma reforma no sistema eleitoral e de financiamento das campanhas.

O Senado saiu na frente e, em 29 de março, já tinha aprovado cinco pontos, que incluem mandato de cinco anos para presidente, governador e prefeito, com o fim da reeleição para esses cargos, redução de dois para um de suplente de senador e mudança das datas da posse dos chefes dos Poderes Executivo federal, estaduais e municipais e a adoção da lista fechada para deputados federais, estaduais e vereadores. Se essa proposta for aprovada em definitivo pelo plenário do Senado e da Câmara, os eleitores passarão a votar no partido e não mais nos candidatos, que passarão a ser escolhidos pelas cúpulas partidárias em convenção.

Apesar do resultado da votação na comissão, essas questões ainda são polêmicas entre os próprios senadores, a começar pelos do PT. O senador Wellington Dias (PI) aprova o fim da reeleição, mas sua colega Gleisi Hoffmann (PR) acha necessário mais tempo para se avaliar o sistema, adotado há pouco mais de 10 anos. O presidente da comissão, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), também é contra o fim da reeleição, e foi derrotado em outro ponto: voto majoritário para a eleição da Câmara dos Deputados, o chamado “distritão”, sistema eleitoral defendido pelo vice-presidente Michel Temer. No próprio PMDB do Senado há quem discorde dessa posição. O senador Luiz Henrique (SC) defende o voto proporcional em lista fechada, além de um mandato de seis anos para os cargos do Executivo, com o fim da reeleição.

CÂMARA

Na Câmara as divergências começam entre os tradicionais adversários, PT e PSDB, não só no que diz respeito à necessidade de amplas reformas, como também de cada ponto da discussão. O líder do PSDB, deputado Duarte Nogueira (SP), afirma que início de governo “é um excelente momento para se provocar a discussão em torno desses temas estruturantes, muito embora o governo venha demonstrando desânimo em relação a eles. O PSDB é favorável às reformas”.

Cândido Vaccarezza (PT-SP), líder do Governo na Câmara, é mais reticente: “Quando se fala em reformas amplas, é preciso ter ciência de que também são amplos os interesses em disputa. O Congresso é muito heterogêneo e isso é bom para a democracia”. Para Vaccarezza, somente o rumo das negociações é que definirá se haverá ou não reformas de grande amplitude.

Quando indagado se há condições políticas para efetivação de uma ampla reforma, o líder do Governo mostra-se cauteloso. “Acredito que, em relação à desoneração da folha de pagamento, é mais fácil chegarmos a um acordo. A própria presidente Dilma já afirmou que o governo pretende trabalhar nesse sentido para possibilitar maior competitividade às empresas nacionais. Isso vai ajudar também o trabalhador, já que, com carga menor sobre a folha salarial, as empresas vão contratar mais e poder pagar mais sem que isso gere tantos ônus tributários. Mas, quando se trata de fator previdenciário e de previdência complementar, a coisa é mais difícil”.

Na questão do IVA (Imposto

sobre Valor Agregado), que há anos vem sendo discutido, Cândido Vaccarezza acha que é mais complicado, pois sua adoção implicará alguma perda de receita pelos estados da federação. “E aí nenhum governador ou parlamentar quer isso para seu estado. Assim, é preciso assegurar que haja negociações amplas, que garantam contrapartidas para todos. O modelo que conhecemos de IVA é uma boa proposta? Acredito que sim, mas para chegarmos a ele é preciso que todos estejam dispostos a negociar e a ceder, quando necessário. É o que saberemos nos próximos meses”.

Já o líder do PSDB lembra que o governo tem ampla maioria no Congresso e “se não colocar esse capital político para a discussão de tais temas, não haverá avanços. Um bom começo para a reforma tributária seria a desoneração da folha salarial. Creio que esse seja o ponto de partida”.

Mas os dois líderes demonstram que estão afinados com a tendência de seus pares e por enquanto mantêm o foco nas mudanças na área política. “Precisamos implantar um sistema eleitoral de longo prazo no país. Não é produtivo a cada eleição termos uma regra. Meu partido fechou questão em seu 3º Congresso Nacional, realizado em 2007, sobre a reforma política. Defendemos o financiamento público e exclusivo de campanha, o voto em lista pré-ordenada, a fidelidade partidária e o fim das coligações proporcionais com a adoção das federações partidárias”, afirma Vaccarezza.

Duarte Nogueira acredita que um primeiro passo para a reforma política seria o fim das coligações

nas eleições proporcionais - para as Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional. Segundo o líder do PSDB, as coligações partidárias “acabam distorcendo o sistema representativo e criam legendas que acabam sendo utilizadas como instrumentos de interesses pessoais em detrimento dos partidários. Esse é um ponto importante para a discussão e sobre o qual apresentamos um projeto de lei no início deste ano como forma de provocar a discussão”.

Nogueira é contra o distritão porque, a seu ver, enfraquece os partidos e personaliza a disputa. “É importante que o eleitor tenha condições de identificar no candidato o seu pensamento partidário. Há na Câmara e no Senado comissões formadas para a discussão da reforma política. O PSDB, assim como qualquer outro partido com dimensão nacional, não tem unanimidade no tocante a uma reforma política como um todo”.

Como se vê pelas divergências, não só entre os políticos, mas também no seio dos próprios partidos, muita água ainda vai rolar até que uma proposta seja fechada com um mínimo de consenso nessa área, que dirá em relação a questões que firmam interesses mais gerais da sociedade, como sistema tributário e previdência. E mesmo na política corre-se o risco de a chamada reforma acabar apenas em alteração da legislação para permitir mudança partidária, sem perda de mandato. Há muito parlamentar da oposição só esperando uma oportunidade para aderir ao governo. O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, fundou o PSD, já contando com essa possibilidade.

Câncer de Mama

Número de vítimas aumenta

A exemplo do câncer de próstata no caso dos homens (leia matéria na página 13), o câncer de mama é provavelmente o mais temido pelas mulheres, registrando também alta frequência. O mais preocupante é que tem crescido a ocorrência desse tipo de câncer em mulheres jovens, segundo dados recentes. Outra informação que tem preocupado os médicos é a constatação de que o número de casos em mulheres abaixo dos 40 anos vem aumentando significativamente.

Embora as estatísticas ainda causem polêmica, uma vez que não há dados precisos sobre o que leva a esse aumento de ocorrências, as explicações preliminares podem ser encontradas nos próprios fatores de risco: primeira menstruação precoce, menopausa tardia, ocorrência da primeira gravidez também tardia (após os 30 anos), entre outros. Haveria também maior incidência entre as mulheres que nunca tiveram filhos. Esses fatores levam alguns médicos a traçarem as diferenças entre o estilo de vida moderno e o estilo antigo, quando as mulheres menstruavam mais tarde, tinham filhos ainda muito jovens (além de maior número de filhos) e amamentavam mais, uma vez que está comprovado que, quanto mais as mulheres amamentam, menos estão propensas a serem vítimas da doença.

Segundo o Inca (Instituto Nacional do Câncer), a história familiar (como em todos os tipos de câncer) é um importante fator de risco para o câncer de mama, especialmente se um ou mais parentes de primeiro grau (mãe ou irmã) foram acometidas antes dos 50 anos de idade. Entretanto, completa o INCA, o câncer de mama

de caráter familiar corresponde a aproximadamente 10% do total de casos de câncer de mama.

Ainda é controversa, enfatiza também o INCA, a associação do uso de contraceptivos orais ao aumento do risco para o câncer de mama, no tocante a certos subgrupos de mulheres como as que usaram contraceptivos orais de dosagens elevadas de estrogênio, as que fizeram uso da medicação por longo período e as que usaram anticoncepcional em idade precoce, antes da primeira gravidez. Outro fator de risco seria a ingestão regular de álcool, o que encontra respaldo na realidade amplamente divulgada pelos meios de comunicação, que têm registrado um número cada vez maior de jovens vítimas do alcoolismo.

O câncer de mama também tem efeitos psicológicos, devido aos reflexos na sexualidade da mulher, uma vez que o tratamento cirúrgico pode incluir a retirada parcial ou total da mama. Outro dado pouco conhecido é que, embora raro, o câncer de mama também pode acometer os homens.

Recomendado por meio de campanhas realizadas nos meios de comunicação, o chamado “auto-exame”, em que a mulher apalpa os seios para tentar detectar a presença de algum nódulo, é um procedimento que jamais pode ser visto como definitivo para se chegar a um diagnóstico, devendo figurar apenas como dado preliminar para que a mulher recorra ao médico. A constatação tem sido de que o auto-exame não contribui para a redução da mortalidade por câncer de mama, muitas vezes acarretando até efeitos negativos, uma vez que a mulher pode se sentir “segura” ao não detectar esses nódulos

ou mesmo ser vítima de impacto psicológico negativo quando conclui apressadamente que há algum sintoma que na verdade pode não representar a existência do câncer. Portanto, o exame das mamas realizado pela própria mulher não substitui o exame físico realizado por profissional de saúde (médico ou enfermeiro) qualificado para essa atividade, adverte o Instituto Nacional do Câncer. Somente um profissional especializado está capacitado a chegar a um diagnóstico preciso e a apresentar as alternativas de tratamento.

As formas mais eficazes para detecção precoce do câncer de mama são o exame clínico da mama e a mamografia. Os sintomas do câncer de mama palpável, em princípio, são o nódulo ou tumor no seio, acompanhado ou não de dor mamária. Podem surgir alterações na pele que recobre a mama, como abaulamentos ou retrações ou um aspecto semelhante à casca de uma laranja. Também podem surgir nódulos palpáveis nas axilas.

A mamografia é a radiografia da mama que permite a detecção precoce do câncer, por ser capaz de mostrar lesões em fase inicial, muito pequenas (de milímetros). É realizada em um aparelho de raio X apropriado, chamado mamógrafo. Nesse aparelho, a mama é comprimida de maneira a fornecer melhores imagens, aumentando desta forma a eficácia do diagnóstico, que deve ser supervisionado pelo médico.

Em novembro de 2003, foi realizada a “Oficina de Trabalho para Elaboração de Recomendações ao Programa Nacional de Controle do Câncer de Mama”, organizada pelo Ministério da Saúde, por intermédio

do Instituto Nacional de Câncer e da Área Técnica da Saúde da Mulher, com o apoio das Sociedades Científicas afins e participação de gestores estaduais, ONG's e OG's.

A partir dessa Oficina foi

desenvolvido um Documento de Consenso para Controle do Câncer de Mama, publicado em 2004, que contém as principais recomendações técnicas referentes à detecção precoce,

ao tratamento e aos cuidados paliativos em câncer de mama, no Brasil. Confira as novas recomendações na internet em http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/folder_rosa3.pdf.

Folder Recomendação do INCA

AS 7 RECOMENDAÇÕES DO INCA

O INCA RECOMENDA QUE:

1. Toda mulher tenha amplo acesso à informação com base científica e de fácil compreensão sobre o câncer de mama.
2. Toda mulher fique alerta para os primeiros sinais e sintomas de câncer de mama e procure avaliação médica.
3. Toda mulher com nódulo palpável na mama e outras alterações suspeitas tenha direito a receber diagnóstico no prazo máximo de 60 dias.
4. Toda mulher de 50 a 69 anos faça mamografia a cada dois anos.
5. Todo serviço de mamografia participe de Programa de Qualidade em Mamografia. A qualificação, quando obtida, deve ser exibida em local visível às usuárias.
6. Toda mulher saiba que o controle do peso e da ingestão de álcool, além da amamentação e da prática de atividades físicas, são formas de prevenir o câncer de mama.
7. A terapia de reposição hormonal, quando indicada na pós-menopausa, seja feita sob rigoroso acompanhamento médico, pois aumenta o risco de câncer de mama.

PAPEL DO INCA

O Instituto Nacional de Câncer (INCA) é o órgão do Ministério da Saúde responsável por coordenar ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil. Atua nas áreas de pesquisa, ensino, assistência, prevenção e vigilância do câncer e gestão da rede de atenção oncológica.

MOBILIZAÇÃO

O INCA convida as organizações governamentais e não governamentais, as entidades representativas de profissionais, o setor privado e toda a sociedade civil a apoiar as recomendações para a redução da mortalidade por câncer de mama no Brasil. O trabalho envolveu profissionais de diferentes áreas de atuação do INCA. O objetivo é traduzir as principais evidências da literatura científica atual em linguagem simples e objetiva. Esperamos que estas recomendações possam contribuir para a redução da mortalidade por câncer de mama no Brasil por meio da difusão de evidências científicas e da mobilização e participação social.

www.inca.gov.br



RECOMENDAÇÕES DO INCA PARA REDUZIR A MORTALIDADE POR CÂNCER DE MAMA NO BRASIL



PREVENÇÃO

- Prevenção do câncer de mama significa diminuir o risco de a mulher apresentar a doença durante toda a sua vida. A prevenção consiste na eliminação ou diminuição da exposição aos fatores de risco.
- Por meio da alimentação saudável, atividade física e do controle do peso corporal, é possível evitar 28% dos casos de câncer de mama.
- Consumo excessivo de álcool, uso de contraceptivos orais, excesso de peso, principalmente na pós-menopausa, e terapia de reposição hormonal aumentam o risco de câncer de mama.
- A Terapia de Reposição Hormonal (TRH), principalmente a terapia combinada de estrogênio e progesterona, está associada com aumento do risco do câncer de mama. A cada 10 mil mulheres que fazem uso da reposição hormonal combinada, há aumento de oito casos de câncer de mama. Assim, a sua indicação deve ser discutida com o médico. Nas situações em que a TRH é realizada o risco elevado de desenvolver câncer de mama diminui progressivamente após a sua suspensão.
- A exposição excessiva à radiação ionizante (Raios-X) aumenta o risco de câncer de mama.
- A amamentação exclusiva até os seis meses diminui o risco de câncer de mama.



DETECÇÃO PRECOZE

- A detecção precoce do câncer de mama significa identificar o tumor no início de seu surgimento e aumentar as possibilidades de cura.
- As ações de detecção precoce podem ser oferecidas para mulheres sem sinais e sintomas de câncer de mama (rastreamento), ou para mulheres com sinais e sintomas iniciais de câncer de mama (diagnóstico precoce).
- O diagnóstico precoce do câncer de mama aumenta a sobrevivida das mulheres em comparação com o diagnóstico de tumores em fase avançada.
- O rastreamento diminui a mortalidade em cerca de 30% nas mulheres entre 50 a 69 anos. Quanto maior for o percentual de mulheres na faixa de 50 a 69 anos que realizam a mamografia de rastreamento periodicamente, maior será o impacto na mortalidade.
- Na faixa etária de 50 a 69 anos, a mulher deve fazer uma mamografia a cada dois anos. O risco de câncer de mama aumenta com a idade.
- A qualidade da mamografia tem implicações na redução da mortalidade por câncer de mama. Programas de qualidade em mamografia garantem imagens radiográficas de alto padrão com doses mínimas de radiação.

Priorizar o controle do câncer de mama na agenda da saúde foi definido na Política Nacional de Atenção Oncológica (2003) e no Pacto pela Saúde (Ministério da Saúde/2006). O INCA e as secretarias Estaduais e Municipais de Saúde desenvolveram um conjunto de ações no âmbito da detecção precoce. A perspectiva atual é impulsionar o diagnóstico precoce do câncer de mama em todo o país, como estratégia para reduzir a apresentação avançada da doença, e implementar o rastreamento na população em áreas cuja elevada ocorrência desse tipo de câncer justifiquem esta iniciativa. A expansão de ações para garantia da qualidade da mamografia e a implantação do Sistema de Informação do Câncer de Mama – SISMAMA em todo o território nacional, desde junho de 2009, permitem o aprimoramento e a avaliação das ações de controle do câncer de mama no Brasil.

TRATAMENTO E CUIDADOS PALIATIVOS

- O tratamento adequado é parte fundamental das ações de controle do câncer de mama, com impactos na sobrevida e na mortalidade. Habitualmente, o tratamento do câncer de mama envolve cirurgia, radioterapia e quimioterapia/hormonioterapia e deve ser realizado por equipe multidisciplinar em serviços especializados.
- Geralmente, quanto menor o tamanho do tumor no momento do diagnóstico, maior a probabilidade de cura e de realização de uma cirurgia conservadora, e menor a necessidade de intervenções e do uso de drogas, o que reafirma a importância das ações de detecção precoce.
- A reconstrução mamária nas mulheres submetidas à retirada das mamas (parcial ou completa) deve ser sempre discutida com a equipe multidisciplinar.
- Cuidados paliativos são uma continuidade do tratamento oncológico. Devem ser fornecidos a pacientes com câncer de mama avançado, desde seu diagnóstico, visando o adequado controle de sintomas, por meio de suporte clínico, emocional, social e espiritual. Para o alcance de melhor qualidade de vida, familiares e cuidadores são envolvidos nos cuidados e também recebem suporte de uma equipe interdisciplinar.

“ APRENDA A PREVENIR O CÂNCER DE MAMA. HÁBITOS SAUDÁVEIS DIMINUEM OS FATORES DE RISCO DA DOENÇA. ”



Câncer de próstata

Prevenção para evitar o pior

Como ocorre em qualquer caso de câncer, a prevenção ainda é a melhor arma contra o terror que assusta os homens: o câncer de próstata. Talvez devido ao ainda presente preconceito contra o chamado exame do toque retal, o câncer de próstata é o tumor mais comum em homens com mais de 50 anos de idade. Com isso, pessoas que poderiam se prevenir acabam presas a um dilema que pode se tornar fatal: acabarão tendo que fazer o exame... depois que já estiverem com o câncer em estado adiantado.

A medicina recomenda que, não havendo nenhum caso na família, a prevenção comece a ser feita exatamente a partir dos 45 ou dos 50 anos de idade. No entanto, se algum parente próximo já tiver sido acometido pelo câncer, o ideal é começar a prevenir já depois dos 40 anos, devido

ao caráter também hereditário da doença. A prevenção é fundamental, uma vez que o câncer de próstata pode ser curado nos estágios iniciais. Ao contrário disso, caso esteja em estágio avançado, as complicações se multiplicam e o sofrimento pode se tornar insuportável, com a doença avançando no organismo e atingindo até mesmo os ossos.

A próstata é uma glândula que fica perto da bexiga, cercado a uretra na sua porção inicial. As secreções prostáticas são o maior componente do líquido seminal, ou seja, é do trabalho da próstata que, basicamente, resulta a produção do esperma. A origem desse tipo de câncer é desconhecida, mas as pesquisas indicam que alguns fatores podem exercer influência em seu aparecimento e desenvolvimento, entre os quais o fator genético. A ocorrência do câncer de próstata em parentes do primeiro

grau aumenta a probabilidade de o diagnóstico se confirmar em 18 por cento, segundo pesquisas.

Quando se fala em câncer de próstata, é inevitável se levar em conta o fator hormonal. A proliferação anormal de células, que pode resultar no câncer, diminui de maneira significativa com a supressão dos hormônios masculinos, que se dá, por exemplo, com a castração. Pesquisas feitas em ratos tratados cronicamente com testosterona mostraram o desenvolvimento do câncer de próstata nesses animais. Os compêndios médicos mostram que a testosterona (hormônio masculino) não induz ao câncer, mas estimula o seu crescimento.

Outro fator que deve ser levado muito em conta é a alimentação. Dietas ricas em gordura predispõem ao câncer e as ricas em fibras e tomate diminuem o seu aparecimento. Por essa razão, os médicos consideram o consumo de tomate uma boa receita para prevenir o câncer da próstata. Os pesquisadores apontam também o fator ambiental como elemento de investigação. Assim sendo, a poluição provocada pela fumaça dos automóveis estaria entre os fatores de risco, bem como o consumo de tabaco, os fertilizantes e produtos químicos tidos como cancerígenos.

SEM SINTOMAS. NO INÍCIO

A importância dos exames preventivos reside no fato de que a doença é praticamente assintomática em sua fase inicial. O indivíduo não sente dor e nenhum outro incômodo que possa indicar o aparecimento do câncer. Se o tumor já tiver começado a se formar, sua detecção somente é possível, nessa fase, por meio dos exames de rotina, como o toque retal e a dosagem do antígeno prostático

específico, o chamado exame do PSA. O diagnóstico mais preciso é obtido com a combinação dos dois exames. Ou seja: embora a dosagem alta de PSA seja um sinal de alerta, a baixa dosagem não significa, obrigatoriamente, que o exame do toque deva ser dispensado, sendo recomendável que sua realização se dê a cada ano ou, havendo mais fatores de risco, duas vezes por ano. Da mesma forma, a alta dosagem de PSA não significa, obrigatoriamente, que o câncer seja a causa.

Quando os sintomas começam a surgir o paciente percebe dificuldade de urinar, jato urinário fraco e tem a sensação de não conseguir esvaziar bem a bexiga, cada vez que urina. Também pode surgir sangramento na urina, mas essa é uma incidência mais rara. Quando a doença já está avançada podem surgir queixas também de dores ósseas, como indício de metástases, quando o câncer já começou a se espalhar. Outros sintomas que podem surgir: anemia, perda de peso, ínguas no pescoço e na região inguinal.

Sempre é importante salientar que o diagnóstico preciso somente é possível com a realização dos exames médicos e laboratoriais. Da mesma forma, o aparecimento de alguns sintomas não deve levar obrigatoriamente à conclusão de que existe o câncer, pois vários fatores devem ser analisados pelo médico. Outros exames, além do PSA e do toque retal, são necessários para garantir um diagnóstico mais preciso e, no caso de a doença já ter se manifestado, para se verificar a sua extensão. Isto porque, muitas vezes, o câncer de próstata pode estender-se aos órgãos adjacentes, como bexiga, vesículas seminais e reto.

Quando o tumor está localizado

somente na próstata, os tratamentos são feitos à base da prostatectomia radical e da radioterapia. Já os tumores que avançam além da próstata, atingindo órgãos próximos, são geralmente tratados com radioterapia. No caso de metástase, os tumores são paliativamente controlados com hormônios femininos, orquiectomia, drogas anti-androgênicas ou análogos do LHRH (em inglês, Luteinizing-hormone-releasing hormone, ou, numa tradução aproximada, agonistas – drogas estimulantes de atividade fisiológica – de liberação do hormônio luteinizante). Esse tratamento resulta na inibição de hormônio luteinizante (LH) pela hipófise, o que leva a uma queda nas concentrações séricas de testosterona nos homens.

Não há como prever qual o tratamento mais indicado sem um acompanhamento médico adequado, uma vez que fatores como idade do paciente, níveis do PSA, estágio em que se encontra o tumor, se é ou não de origem genética influenciam na hora de se recomendar as providências a serem tomadas.

As consequências do tratamento também variam. Algumas delas podem ser a impotência sexual (que eventualmente pode ser atenuada, após algum tempo) e a incontinência urinária, além de diminuição da libido.

Outro dado fundamental: nem sempre os sintomas levam à conclusão da existência do câncer, pois pode ocorrer também o crescimento benigno, chamado de hiperplasia, que acomete quase 90% dos homens após os 40 anos e que produz dificuldade para a eliminação da urina. Somente a visita ao médico e a rotina recomendada de exames garantem o diagnóstico, a prevenção e o tratamento adequado.

“Déficit”

significa proteção social

GARIBALDI ALVES FILHO
MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Crítico do fator previdenciário, o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, diz que o governo está estudando a substituição da fórmula que reduz o valor das aposentadorias, mas que sua simples extinção está descartada. Ele também assume posição bastante clara em relação ao chamado “déficit” da Previdência: na área urbana, não existe déficit. E na área rural não sabe se o termo “déficit” se aplica, porque a Previdência “cumprir importante papel social designado pelo constituinte de 1988”, que, à época, “determinou que era função da Seguridade Social garantir essa proteção aos trabalhadores rurais, hoje responsáveis pela maior parte dos alimentos que chegam às nossas mesas”.

Nascido em Natal, no Rio Grande do Norte, o ministro Garibaldi Alves Filho formou-se em Direito, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no início da década de 70. Além do Direito, profissionalmente, o senador também se dedica ao jornalismo, área na qual atuou (e atua até hoje) apresentando programas no rádio e escrevendo artigos para jornais. A vida pública do senador começou em 1966, quando ele foi nomeado chefe da Casa Civil da Prefeitura de Natal, na administração Agnelo Alves. Em 1985, foi eleito prefeito de Natal e em 1990 disputou pela primeira vez uma vaga ao Senado, saindo vitorioso. Em 1994, foi escolhido candidato do PMDB ao Governo do Estado. Mais uma vez foi eleito. A eleição para o Executivo fez com que ele renunciasse à cadeira de senador para iniciar, em 1º de janeiro de 1995, a administração que ficaria conhecida como “o governo das águas”. Em 2010 foi reeleito para o Senado com 1.042.272 votos, a maior votação já obtida por um político no Rio Grande do Norte.

A seguir, a entrevista do ministro, na íntegra:

No quadro atual, qual a absoluta prioridade em relação ao sistema de Previdência Social?

Nosso maior desafio é manter a qualidade dos serviços da Previdência Social e ampliar a cobertura previdenciária dos brasileiros. O governo da presidente Dilma Rousseff está trabalhando bastante para que o número de brasileiros protegidos pelo nosso sistema previdenciário continue a crescer. Isto, na prática, significa mais famílias protegidas pelos benefícios previdenciários, mais segurança no trabalho e mais bem-estar àqueles que doaram sua força de trabalho em décadas pelo país e agora, na melhor idade, têm a proteção merecida.

Há especulações sobre uma nova reforma da Previdência. O sr. é a favor? Em caso positivo, qual o direcionamento que deve ser dado a essa reforma? Ela novamente atacará a questão dos benefícios ou deverá ficar concentrada nas formas de custeio?

A Previdência Social é superavitária na área urbana e deficitária na área rural. Não sei se podemos chamar de deficitária porque ela cumpre importante papel social designado pelo constituinte de 1988. À época, ele determinou que era função da Seguridade Social garantir essa proteção aos trabalhadores rurais, hoje responsáveis pela maior parte dos alimentos que chegam às nossas mesas. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mais de 70% da produção de alimentos no Brasil provêm da agricultura familiar. Então, a decisão do constituinte foi correta. O que podemos discutir é se esse pagamento deve ser registrado nas contas da Previdência Social ou se deveria ser assumido como uma política social extremamente necessária ao país. Temos também o grande desafio de resolver a questão da Previdência do servidor público, que beneficia menos de 1 milhão de pessoas e teve, em 2010, a necessidade



A Previdência reduz a pobreza



de financiamento de R\$ 51 bilhões, enquanto que a do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o regime da iniciativa privada, foi de R\$ 44,3 bilhões, mas atinge a mais de 24 milhões de beneficiários.

O sr. acredita que o fato de as reformas sempre atingirem os atuais segurados acaba dificultando as negociações e emperrando os ajustes que eventualmente sejam necessários?

As reformas acabam sendo mais dolorosas quando atingem as pessoas que já estão no mercado de trabalho. Por isso, boa parte das mudanças já feitas nos sistemas previdenciários tem suas regras de transição, evitando assim penalizar aqueles que estão prestes a se aposentar. Isto varia caso a caso. O projeto que regulamenta a previdência complementar do servidor público, por exemplo, em tramitação no Congresso Nacional, se for aprovado como o governo enviou, só terá efeitos para os futuros servidores públicos. Ou seja, aqueles que entrarem no serviço público após a aprovação da medida. Assim, respeitamos as regras atuais e iniciamos o processo que será bastante salutar, a curto e a médio prazo, para a sociedade brasileira.

Qual a sua opinião sobre o Fator Previdenciário? O sr. acredita que é necessário encontrar uma solução alternativa?

O fator previdenciário, segundo cálculos preliminares, levou à economia de R\$ 10 bilhões desde a sua criação. É muito criticado por parte dos trabalhadores e de vários setores da sociedade civil. A presidenta Dilma Rousseff está sensível a estas questões. Estamos discutindo com várias instâncias do governo o que poderá ser feito. O certo é que a extinção do fator previdenciário, pura e simplesmente, está descartada, atualmente. Isto não quer dizer que ele não possa ser substituído por outro sistema mais interessante ao governo e aos trabalhadores.

Qual a sua opinião sobre o debate que se trava hoje em determinados setores no tocante à suposta necessidade de “desoneração da folha de pagamentos”?

O governo federal está debatendo com



a sociedade a possibilidade de desoneração da folha de pagamento, reivindicação antiga da classe empresarial. A discussão ainda é embrionária, mas está claro que, caso haja a desoneração da folha de pagamento, será preciso haver outra compensação à Previdência Social que, em 2010, fechou o ano com a necessidade de financiamento de quase 100 bilhões no RGPS e no RPPS.

O que pode ser feito para melhorar a imagem do sistema previdenciário junto à opinião pública? Quais os seus projetos a esse respeito?

Os ministros que nos antecederam na Previdência

Social fizeram um trabalho muito bem-sucedido nesta área. Basta lembrar que ninguém fala mais nas “filas do INSS”, como se falava antigamente. Elas desapareceram com a criação da Central 135, em que o trabalhador agenda dia e hora para o seu atendimento. Foi uma medida de gestão que funcionou e nos ajudou a melhorar a prestação dos serviços previdenciários e ainda a medir a satisfação dos segurados em relação ao trabalho da Previdência Social. Vamos continuar investindo na melhoria no atendimento. Também queremos realizar campanhas de utilidade pública para mostrar à população a realidade de nossa

Previdência e as vantagens que o segurado tem ao se manter formalizado e, assim, garantir a proteção social que oferecermos.

Os críticos da proposta de reforma tributária do governo acreditam que ela prejudica o sistema de Seguridade Social e, em consequência, a Previdência Social. Qual a sua avaliação a esse respeito?

O governo federal tem consciência do tamanho e da importância da Previdência Social para a redução da pobreza e para o crescimento da renda no Brasil. Em 2009, por exemplo, os repasses da Previdência Social aos municípios foram superiores aos do Fundo de Participação do Município. Essa realidade ocorreu em mais de 60% das cidades, segundo levantamento da Secretaria de Políticas de Previdência Social. Com isso, nessas localidades, a economia se movimenta mais quando há pagamento dos benefícios previdenciários. Temos certeza de que toda e qualquer alteração no sistema tributário levará em conta essa realidade. Além de ser a seguradora do trabalhador brasileiro, a Previdência Social é uma das maiores distribuidoras de renda do país e, a partir da decisão da Constituição de 1988, ajudou a manter o trabalhador do campo em sua região, não gerando êxodo às grandes cidades, nem desabastecimento de alimentos no país.





Menos mandatos,
**MELHORES
IMPOSTOS**

DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA

Reforma política que promova a redistribuição do poder político, permitindo maior presença das camadas populares nas decisões políticas e também uma ampliação da presença das mulheres e dos negros; limitação de reeleição dos deputados e dos senadores a no máximo 3 mandatos, revogabilidade de mandatos e redução do mandato de senador de 8 para 4 anos estão entre as propostas do deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia, que conquistou a vitória nas eleições de 2010.

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, Amauri enfatiza a importância da LOF (Lei Orgânica do Fisco) para manter e fortalecer a carreira tanto de auditores como de analistas, e advoga a aprovação de uma reforma tributária que promova a inversão da natureza da carga tributária no Brasil, uma carga em que os impostos indiretos, que incidem sobre o consumo, têm um peso muito grande, provocando uma incidência regressiva, ou seja, oneram mais quem tem menor capacidade contributiva. Ele defende maior incidência em tributos diretos, que são aqueles que incidem sobre o patrimônio e a renda, provocando uma tributação progressiva que atenda os princípios constitucionais da pessoalidade da tributação, da capacidade contributiva e, evidentemente, da progressividade, onde os que têm maior capacidade contributiva pagam mais, os que têm menor capacidade contributiva pagam menos e os que não têm capacidade contributiva não pagam.

Amauri acumula em seu currículo as funções de Técnico do Tesouro Nacional da RFB/Salvador, BA, 1986-1998; professor de Direito Constitucional, Tributário e Previdenciário/BA, 1992-2008; Auditor-Fiscal, INSS/RFB/Salvador, BA, 1998; superintendente do INSS, 2002-2002; diretor-geral, chefe de Gabinete e subsecretário da Secretaria de Saúde da Bahia, 2007-2010. É formado em Economia, pela UCSAL/Salvador, BA, e pós-graduado com especialização em Direito Tributário, pela Faculdade Jorge Amado/BA.

Nesta entrevista, ele enfatiza, entre vários temas, que, num balanço da unificação dos Fiscos federais, o que se percebe é a necessidade de se

garantir maior atenção à fiscalização das contribuições previdenciárias.

A seguir, a entrevista do deputado:

Qual a sua avaliação sobre o atual projeto da LOF (Lei Orgânica do Fisco) e sobre o andamento que vem sendo dado ao tema pelo governo? O Sr. acredita que o auditor-fiscal hoje dispõe de condições para atuar com independência e autonomia?

Deve ser apreciada inicialmente a Lei Orgânica de todos os fiscos (Federal, Estadual e Municipal), ou seja, uma norma geral que fixe diretrizes para as três esferas federativas.

Após isto deverão ser votadas as Leis orgânicas dos fiscos específicos. No caso do Fisco Federal, a principal preocupação deverá ser a garantia da autonomia dos membros da carreira e as prerrogativas que garantam essa autonomia.

Achamos também que a LOF (Lei Orgânica do Fisco) no âmbito federal deverá manter e fortalecer a carreira, definindo de forma clara as atribuições exclusivas e comuns de auditores e analistas, pois entendemos que a separação enfraquece ambos os cargos.

Como parlamentar que acompanha de perto as articulações sobre a questão previdenciária, qual a sua expectativa em relação a uma suposta reforma e a sua visão sobre o fator previdenciário? O Sr.

acredita que há clima para uma nova reforma da Previdência?

Como membro titular da Comissão de Seguridade Social não percebemos nenhum movimento, nenhum clima para uma reforma previdenciária ampla, a não ser em relação às duas matérias: o fim do fator previdenciário, tendo em vista que, a cada dia que passa, cresce o número de parlamentares que aprovam o fim do fator; e a desoneração da folha, pois há também um número crescente de parlamentares que vinculam a desoneração ao aumento do número de empregos.

Em relação às demais reformas frequentemente citadas pela mídia (reforma tributária e reforma



Paga mais quem menos pode pagar



política), quais as posições que o Sr. irá defender no Parlamento?

A reforma política deve visar a consolidar e a ampliar a Democracia, sobretudo no que diz respeito aos institutos de participação direta do povo no exercício do poder, garantindo a iniciativa popular para a convocação do plebiscito e referendo, em temas de relevante interesse público; simplificação dos critérios de iniciativa popular para projetos de lei, admitindo-se inclusive a iniciativa popular para as PEC. Vamos lutar por uma reforma política que redistribua o poder político, permitindo uma maior presença das camadas populares nas decisões políticas e também uma ampliação da presença das mulheres e dos negros.

Deve-se também alterar radicalmente o financiamento das campanhas, que deixariam de ser majoritariamente privadas, para serem exclusivamente públicas. A votação deixaria de ser em candidatos “avulsos” e passaria a ser em lista fechada. Outros pontos importantes da reforma política seriam o fim das coligações proporcionais, limitação do número de mandatos dos deputados e senadores para no máximo 3 mandatos, revogabilidade de mandatos, redução do mandato de senador de 8 para 4 anos, os suplentes de senadores serão os candidatos não eleitos e mais votados, mudança da data da posse do presidente da República e, finalmente, unificação do calendário eleitoral.

Com a introdução desses pontos fortaleceremos os partidos políticos, conseqüentemente a democracia participativa, com o voto deixando de ser dado em função de características pessoais dos candidatos e passando a ser em função das questões programáticas, de idéias e de propostas. Os candidatos com financiamento público estariam aptos a defender interesses mais gerais e relevantes da população e não interesses menores de grupos ou de empresas; deixariam de ser lobistas para serem verdadeiros legisladores.

Além disso, temos que reformar a legislação eleitoral no sentido de impedir as siglas de aluguel. Só teremos uma verdadeira representação popular democrática se os partidos políticos passarem a expressar verdadeiramente a vontade de uma parcela expressiva da sociedade. A reforma também deveria trazer regras para que os partidos políticos fossem controlados por seus filiados e não por alguns caciques partidários que têm se portado como donos dessas siglas.

A Reforma Tributária deve ser feita levando-se em conta o modelo de sociedade que temos e que queremos construir; conseqüentemente, o modelo de Estado que pretendemos para viabilizar esta sociedade. Como nosso partido e nós queremos construir uma sociedade socialmente justa, da forma que entendemos, igual ao modo de pensar do Governo da presidente Dilma, no sentido de que um país rico é um país sem pobreza; como lutamos por um desenvolvimento sustentável com o meio ambiente equilibrado, o desenho do sistema tributária terá que levar em conta este modelo, que deverá ter por finalidade, sobretudo, a redução das desigualdades sociais e regionais e a erradicação da pobreza e da miséria, em conformidade com o artigo 3º da CF/88.

Por isso, na reforma tributária, a nossa principal meta é inverter a natureza da carga tributária no Brasil, uma carga em que os impostos indiretos, que incidem sobre o consumo, têm um peso muito grande, provocando uma incidência regressiva, ou seja, oneram mais quem tem menor capacidade contributiva; paga mais quem tem menor poder aquisitivo. Queremos, portanto, é maior incidência em tributos diretos, que são aqueles que incidem sobre o patrimônio e a renda, provocando uma tributação progressiva que atenda os princípios constitucionais da pessoalidade da tributação, da capacidade contributiva e, evidentemente, da progressividade, onde os que têm maior capacidade contributiva pagam mais, os que têm menor capacidade contributiva pagam menos e os que não têm capacidade contributiva não pagam. Em suma, quem pode mais paga mais, quem pode menos paga menos e quem não pode não paga.

Deveremos seguir o exemplo dos países onde as desigualdades sociais são menores. Nesses países a carga tributária incide, centralmente, sobre o patrimônio e a renda e, secundariamente, sobre o consumo, a exemplo do Canadá, dos EUA, do Reino Unido, da Alemanha etc. Atualmente, no Brasil, que historicamente é um dos campeões de desigualdades sociais, ocorre o contrário. Aqui tributa-se prioritariamente o consumo e secundariamente a renda, como nos mostra estudo realizado pelo Sindifisco – onde a participação da tributação sobre o consumo na carga tributária total é de 54,90%, enquanto sobre o patrimônio é de apenas 3,72% e sobre a renda é de 26,94%, e de outros itens 14,44%.



Segundo o mesmo estudo, com base na POF (IBGE) de 1996 no Brasil, quem recebia até dois salários mínimos gastava 26% do que ganhava com tributos, e os que ganhavam mais de 30 salários mínimos gastavam apenas 7%. Essa a situação, levando-se em conta a POF 2002/2003, piorou para este segmento de dois salários mínimos, que passou a gastar 46% da sua renda com tributos sobre consumo.

Por outro lado, na Reforma Tributária, temos que garantir a integridade do Art. 195, pois é nele que estão previstas as contribuições que financiam a Seguridade Social (que engloba saúde, assistência e Previdência), e buscar também ampliar o financiamento da saúde.

Outro aspecto associado à Reforma Tributária é a revisão do pacto federativo. Nós defenderemos maior participação do município no bolo das receitas tributárias, pois são os municípios os principais executores das políticas essenciais à melhoria do bem-estar da população.

Por fim, não podemos deixar de atualizar e de adequar o sistema tributário ao novo cenário de desenvolvimento sustentável, já que a degradação ambiental tem forte impacto sobre a qualidade de vida, sobretudo dos mais pobres. Por isso, devemos onerar mais aquelas atividades que mais negativamente atuam em relação ao meio ambiente, impactando maiores tributos sobre aqueles que mais poluem, mais desmatam, mais degradam.

Qual a sua avaliação sobre a unificação dos fiscos federais, que resultou na criação da Receita Federal do Brasil?

A unificação, em tese, é muito positiva, pois fortalece a instituição RFB (Receita Federal do Brasil). Fortalece também as categorias integrantes da carreira; potencializa o poder de fiscalização da Receita, com a integração dos cadastros de informações negativas aos contribuintes; e é positiva em relação aos contribuintes (Pessoa Física) e às empresas, pois deveria permitir que uma única fiscalização examinasse a contabilidade das empresas. Permite que as empresas e os contribuintes (Pessoas Físicas) tratem das suas questões com o Fisco Federal perante uma única instituição, principalmente quanto à CND (Certidão Negativa de Débitos). Mas, por outro lado, nos preocupa muito a minimização, que até o momento estamos vendo praticada, em relação às fiscalizações das contribuições previdenciárias. É preciso rever essa questão e aprimorar os controles.

Os vieses da reforma paradigmática argentina

Nas últimas três décadas, muitos países implementaram mudanças estruturais em seus sistemas previdenciários.

O aumento da expectativa de vida da população, o aumento do volume de aposentadorias das gerações pós-guerra, a queda das taxas de natalidade e a pressão dos organismos internacionais pressionaram os governos latinos a rever o sistema de proteção oferecido à população.

Na procura de soluções viáveis para os problemas da previdência social, o debate internacional tem-se centrado em itens controversos, tais como: reforma estrutural versus não estrutural; objetivos sociais ou econômicos; princípio do seguro contra redistribuição, repartição ou capitalização; benefícios definidos versus contribuição definida; e administração pública ou privada (Mesa-Lago, 1996).

Fruto dessas transformações e de grandes crises econômicas que abalaram os sistemas em todo o mundo, muitos governos foram pressionados a promover mudanças estruturais nos sistemas previdenciários e de Seguridade. Em grande parte, essas pressões foram alicerçadas pelos ideais neoliberais, que defendiam, de maneira geral, mudanças profundas na Seguridade Social ancoradas no poder financeiro de mercado.

Dentre as opções de mudança não faltaram vozes a aludir às reformas paradigmáticas (ou estruturais), implantadas em diversos países, dentre eles a Argentina, sob a justificativa de conter o avanço das desigualdades sociais e de resolver o problema de solvência do sistema face ao aumento da população idosa. É importante

ressaltar que a Argentina, assim como o Brasil, foi um dos países pioneiros na adoção de sistemas de Seguridade Social, com alicerces na lógica contributiva e financiada por contribuições tripartites: empregadores, trabalhadores e Estado.

Esse ideário neoliberal, sob a égide financeira, predominante nas décadas de 1980 e de 1990, acabou por efetivar as ondas de reformas previdenciárias, modificando os sistemas de Seguridade Social, desencadeando privatizações (iniciadas pelo Chile, em 1981) e agravando ainda mais as injustiças sociais na América Latina.

Essa pressuposição é também entendida por Kay (2003) ao afirmar que Argentina e Brasil foram os primeiros países com eleições democráticas (América do Sul) e com programas de previdência social comparáveis aos países da OCDE (em termos de taxa de cobertura, demografia e gastos em percentual do PIB) a apresentar propostas de privatização.

Já Soares (1999) afirma que nas décadas de 70, 80 e 90 o Estado na América Latina se apresentou como estatal-privatizador, desencadeando iniciativas “racionalizadoras” como: a redução da participação do Estado no financiamento de serviços públicos, pela privatização de sistemas de seguro e saúde, carência de representação dos interesses sociais, entre outros.

Com as crises econômicas dos anos 80 e com o surgimento do processo hiper-inflacionário verificam-se enormes perdas no valor dos benefícios na Argentina, gerando a necessidade de subsídios fiscais que levaram o governo a iniciar uma série de reformas a partir dos anos 90. O Quadro I retrata o trajeto percorrido na busca de melhorias administrativas do sistema.

QUADRO I - CRONOLOGIA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA ARGENTINA NOS ANOS 90 (MEDICI, 2003)

1990: Unificação da previdência social de âmbito federal (Criação do INPS)

1992: Criação do Sistema Único de Seguridade Social (SUSS), que passa a incorporar outros benefícios, como auxílios familiares, saúde acidentes do trabalho e emprego – O INPS é extinto e é criada, como órgão gestor do novo sistema, a Administração Nacional da Seguridade Social (ANSES)

1993: O Governo Nacional e as Províncias fecham acordos para a transferência dos sistemas estaduais de Previdência para o Sistema Nacional.

1994: Começa de fato a reforma, com a criação do Sistema Integrado de Aposentadorias e Pensões (SIJP) que estabelece um sistema de dois pilares: um de repartição, administrado por ANSES, e outro de capitalização, operado por Administradoras de Fundos de Aposentadorias e Pensões (AFJP) e regulado por uma Superintendência (SAFJP).

1995: Lei de Solidariedade da Previdência: autoriza o Estado Nacional a garantir o pagamento de déficits até os limites autorizados na Lei de Orçamento Anual; Benefícios passam a ser reajustados por índice equivalente ao desempenho das finanças públicas e limitados ao teto máximo de \$3100.

1995-1999: Lenta implantação do novo sistema com resultados pouco alentadores.

2000-2001: Mudança de governo em meio ao crescente déficit do sistema público e à crise de expectativas quanto ao sistema de capitalização: envio ao Congresso de um projeto de reforma da Previdência com ajustes nos dois sistemas. Estudos para implementar medidas de aperfeiçoamento.

2002: Congelamento do Processo durante o Governo Duhalde, que cria uma Comissão para estudar alternativas de reforma do sistema previdenciário argentino.

Segundo Medici (2003), a primeira onda de reformas, ocorrida entre 1990 e 1994, procurou reduzir o excessivo grau de fragmentação do sistema, tendo em vista melhorar seu manejo administrativo. Inserem-se nesta categoria a unificação de todos os regimes de previdência (1990) e a criação de um órgão central que passa a administrar a totalidade do sistema, inicialmente chamado INPS e posteriormente transformado em ANSES – Administração Nacional da Seguridade Social. Todas as contribuições da Seguridade Social são unificadas em uma única alíquota de 17% para empregadores (aportes) e de 33% para os empregados, as quais financiavam benefícios na área de aposentadorias, pensões, proteção à saúde e proteção ao desemprego. Para a parte específica de aposentadorias e pensões eram destinados 16% e 11% das contribuições de empregadores e de empregados, respectivamente, sendo os demais recursos destinados ao pagamento de assistência médica aos trabalhadores ativos, ao Programa de Atenção Médica aos Aposentados e Pensionistas (PAMI/INJP), aos auxílios e benefícios familiares e ao seguro-desemprego.

A segunda onda de reformas, a partir de 1994, afirma o autor, buscou enfrentar o problema da sustentabilidade futura do sistema, estabelecendo novas bases de arrecadação e novos mecanismos de concessão e de gestão de benefícios para os novos

ingressantes no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, foram propostas regras de transição para aqueles que, tendo ingressado no mercado de trabalho sob a tutela do antigo sistema, desejassem ingressar no novo sistema. Em outras palavras, se substituiu o antigo sistema de repartição por um sistema misto de dois pilares compulsórios e complementares constituído por:

- Um pilar básico de repartição, com benefícios definidos, administrado pelo setor público e financiado por contribuições sobre a folha de pagamentos e por impostos gerais;
- Um pilar complementar obrigatório, administrado em parte pelo setor privado e em parte pelo setor público, com contribuição definida, operando em regime de capitalização individual.

O Quadro II retrata bem o modelo previdenciário argentino, antes e depois da reforma implementada nos anos 90.

A respeito desse sistema com dois pilares, é importante observar que a Argentina excluiu a polícia e as Forças Armadas da reforma previdenciária. Tais grupos permaneceram com os sistemas públicos financiados por repartição.

QUADRO II - CARACTERÍSTICAS DO MODELO ARGENTINO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ANTES E DEPOIS DAS REFORMAS DOS ANOS NOVENTA (MEDICI, 2003)

Características do Modelo	Antes da Reforma	Depois da Reforma
Pilares do Sistema	Um pilar de repartição simples para contribuintes.	Dois pilares também para contribuintes: um pilar básico (todos têm acesso) de repartição simples e um pilar complementar de capitalização individual para os que aportam recursos suficientes a um benefício elegível.
SISTEMA PÚBLICO		
Administração Nacional	Pulverizada em 3 Caixas.	Unificada em ANSES.
Administração Provincial	Cada Província tinha sua própria Caixa de Previdência.	11 Províncias passam a administração dos seus sistemas locais para ANSES, unificando suas regras de gestão
Benefícios	Aposentadorias, Pensões e Pecúlios de distintas formas, de acordo com as regras vigentes.	PBU – para todos os contribuintes PC – para os que vinham do sistema anterior; ASI – para os já aposentados na época da reforma; PAP – para os que optaram por permanecer no regime antigo
Financiamento	16% da folha de salários dos empregadores adicionados de contribuições que giravam, em média, em 16% da folha de salário dos empregados.	9,5% da folha de salários dos empregadores, a partir de 1995, reduzido a posteriori para 7,5%.
SISTEMA PRIVADO		
Administração	Insipiente e sem regulação.	24 AFJP, sob a supervisão de uma entidade reguladora: a SAFJP.
Benefícios	Não padronizados e de baixa frequência.	Aposentadorias e pensões sob a forma de rendas vitalícias ou retiradas programadas, de acordo com os fundos disponíveis nas CCI.
Financiamento	Voluntários e despadronizados.	11% da folha de salários do empregado contribuídos de forma compulsória.

Como o sistema previdenciário argentino passou a ser misto, com os regimes de Repartição e de Capitalização, obrigatoriamente, os trabalhadores precisavam contribuir durante 30 anos para receberem no fim da vida laboral uma pensão básica universal. Ou aqueles que optassem pelo sistema de capitalização deveriam fazer aplicações que renderiam juros ao longo dos anos, recebendo ao final o montante acrescido de juros.

Foram introduzidas mudanças nas quais houve uma especialização de responsabilidades quanto à contribuição sobre a folha de salários, de modo que a parcela da folha correspondente aos empregadores ficou totalmente destinada aos benefícios do pilar básico, enquanto que a parcela da folha dos empregados passou a financiar exclusivamente o pilar complementar.

Dada a preocupação em desonerar a folha de salários, a contribuição patronal ao novo sistema baixou de 16% (sistema anterior) para 9,5% da folha em 1995 (para os que já contribuía para o regime

anterior) e 7,5% para os novos ingressantes no mercado de trabalho¹.

Sobre a desoneração da folha, a experiência internacional comprova que a redução da contribuição sobre a folha de pagamento não é suficiente para aumentar o número de empregados registrados com carteira. Para Paiva & Ansiliero (2009), na literatura, os impactos da desoneração da folha de salários sobre o nível do emprego formal são controversos. Vão desde um impacto pequeno sobre a geração de empregos (e insuficiente para cobrir a formidável perda de arrecadação) até impacto nenhum.

CRISE PÓS-REFORMA

A reforma argentina com um novo modelo paradigmático baseado em dois pilares não surtiu o efeito

1. A diferença de dois pontos percentuais entre as pessoas que ingressaram antes e depois do novo sistema, carregado sobre a folha das primeiras, corresponde ao valor necessário para o custeio da prestação compensatória.

desejado. Não por outro motivo que em decorrência da mudança de sistema houve redução ou corte de gastos públicos, privatização de empresas, rebaixamento salarial, aumento do emprego informal, precarização dos serviços de proteção social, desemprego em larga escala, redução do financiamento do setor público e desequilíbrio nas contas externas.

A Central de Trabalhadores da Argentina (CTA)² sintetizou algumas consequências da reforma estrutural da previdência social argentina: i) Os gastos em previdência social aumentaram significativamente nos primeiros anos da reforma; ii) O déficit público argentino estava em US\$ 6,9 bilhões no ano 2000, tendo praticamente a mesma dimensão do déficit previdenciário (Organização Internacional do Trabalho – OIT); iii) o aumento do déficit previdenciário se encontra na redução das contribuições patronais, que provocou um déficit de 1,3% do PIB, variando de acordo com o sexo: entre os homens, a exclusão aumentou de 15% em 1994 para 31% em 2002 e, entre as mulheres, passou de 29% para 37% nesses anos; iv) enquanto em 1987 as contribuições e os impostos financiaram quase a totalidade das despesas da previdência, em 2001 eles financiaram somente 31%; v) a população entre 65 e 69 anos, excluída pela cobertura de assistência social, era de 36% antes da Reforma, passando para 48% depois da Reforma.

Como se vê, houve uma piora dos benefícios

2. Estudo realizado pela CEPAL: *As consequências evidentes da reforma na previdência social argentina*. Buenos Aires, março de 2007. Disponível em: <<http://www.cta.org.ar/base/principal>>

concedidos aos trabalhadores, fomentada pela política neoliberal. Como há uma forte relação entre previdência e mercado de trabalho formal, seu declínio atingiu diretamente o financiamento dos benefícios. Dessa forma, a diminuição da oferta de emprego formal, associado ao aumento do desemprego e à diminuição dos gastos de consumo, juntamente com o encolhimento do salário em termos absolutos e relativos, constituíram-se como limitação ao êxito do modelo. Desse modo, a reforma da previdência não foi suficiente para proteger a renda dos trabalhadores.

Além disso, dado o caráter compulsório do sistema e a falta de informação aos usuários sobre o modo de operação, a rentabilidade e os custos administrativos e de incentivos relacionados à rentabilidade das contas capitalizadas que permitissem um adequado funcionamento do mercado de Administradoras de Fundos de Aposentadorias e Pensões (AFJP), uma alta porcentagem dos novos empregados acabava não decidindo qual sua opção em termos de afiliação.

No quesito cobertura, a Argentina registrou um índice, em relação ao total da população, em 1992, de 46,8%. Em 1994 fez a reforma e, em 2006, o índice de cobertura caiu para 39,2%, como mostra a Tabela 1. Em 1992 havia 78,1% de idosos cobertos pela previdência na Argentina e, em 2006, apenas 70,5% continuavam sob a proteção previdenciária. Muitos países que implantaram reformas viram o percentual de idosos descobertos cair assustadoramente, com exceção da Colômbia, Costa Rica e México (Matijascic, 2010).

Já sob a ótica da filiação, a perspectiva de

Tabela 1

Países selecionados	Percentual de contrib. c/ cobertura em proporção à população ativa		Percentual de beneficiários com mais de 65 anos			
	Cobertura inicial - anos selecionados	Cobertura final 2006	Cobertura inicial - anos selecionados	Cobertura final 2006		
Argentina	1992	46,8	39,2	1992	78,1	70,5
Bolívia	1999	13,8	12,5	1999	38,1	18,0
Chile	1990	62,2	62,7	1990	73,0	61,7
Colômbia	1996	25,3	31,7	1996	20,0	25,1
Costa Rica	1990	66,9	62,7	1990	25,6	41,3
Equador	1990	39,4	26,2	1990	18,6	17,5
México	1998	34,3	35,9	1998	16,7	23,3
Peru	1999	10,8	14,0	1999	29,9	27,7
Uruguai	1991	58,0	60,9	1991	88,1	85,6

Fonte: Encuestas nacionales de hogares en Rofmann, Lucchetti y Ourens (2007) in Matijascic (2010)

diminuição dos benefícios futuros, aliada aos elevados custos operacionais, gerou desincentivos ao sistema previdenciário, diminuindo a sua cobertura. Conforme dados da OIT, em 1994, no ano de implementação da reforma, 49,7% da população ocupada argentina contribuía regularmente para a Previdência. Em 1999, este indicador caiu para 41,7%. A redução da cobertura repercutiu novamente em pressão futura sobre as contas públicas, com elevação dos gastos assistenciais.

Durante a década de noventa, o sistema apresentou constantes reduções na relação entre contribuintes e dependentes. Esta relação, que se situava próxima dos 70% em 1995, reduziu-se para cerca da metade em 1999. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estimou que mais de 50% dos trabalhadores que deveriam contribuir não o estavam fazendo em 1999. Dos cerca de 13,0 milhões de ocupados, algo em torno de 73% (9,5 milhões) seriam obrigados a ter alguma contribuição ao sistema³. No entanto, somente 4,7 milhões efetivamente contribuíram⁴. Com base no salário médio de contribuição dos distintos segmentos dessa população foi calculado que a evasão somaria US\$ 2,4 bilhões em 1999 (cerca de 27% das contribuições para o financiamento de aposentadorias e pensões naquele ano).

Problemas como o déficit do sistema e o alto “custo de transição”, também assolaram a previdência argentina. Segundo Pinheiro (2001), em razão da reforma, o déficit previdenciário argentino aumentou de US\$ 891 milhões, em 1993, para US\$ 6,7 bilhões no ano 2000. No mesmo período, observa-se a deterioração do resultado do setor público, que saiu de uma situação superavitária em 1993, para fechar o ano 2000 com um déficit de US\$ 6,9 bilhões – praticamente o mesmo da previdência.

Para financiar este déficit provocado pelos “custos de transição”, o governo argentino recorreu ao endividamento junto aos próprios fundos de pensão. Os recursos correntes, que antes entravam diretamente no caixa para financiar

as aposentadorias, passaram a ingressar como recursos financeiros obtidos a partir da venda de papéis do Estado. Para garantir o pagamento dos benefícios, o governo teve que pagar elevados juros ao setor privado.

O rendimento das contas individuais dos fundos de pensão argentinos foi superado pelos investimentos comuns oferecidos pelo mercado, grande parte devido ao fato de o mercado de administradoras de pensão ter sido convertido em oligopólio. Matijascic (2010) cita um levantamento realizado em 2008, pela pesquisadora Camila Arza, do *European University Institute*, mostrando que as taxas médias de retorno real entre 1994 e 2007 foram equivalentes a 1,4 %, após a dedução dos custos e despesas administrativas. Se fossem deduzidos apenas os custos administrativos, a taxa de retorno seria de 4%, ou seja, inferior à taxa de retorno assumidas de 4,6% do sistema de repartição que foi preservado no país. Isso é mais uma prova de que a reforma paradigmática não conseguiu cumprir com seus objetivos.

A “RE-REFORMA” ARGENTINA

Um dos principais motivos para o governo argentino estatizar os sistemas previdenciários foram as crises financeiras vividas pelo país. No entanto, a proposta de “reforma” argentina evidencia que os sistemas privados não possuem sustentabilidade frente às crises econômicas. Não houve alternativa, senão voltar ao antigo regime, realizando uma “reforma da reforma”.

Com o insucesso do sistema baseado em dois pilares, o Congresso argentino aprovou uma lei que eliminou o sistema de aposentadorias individuais, no final de 2008. Os ativos foram transferidos para o sistema de repartição chamado Sistema Integrado Previdenciário Argentino (SIPA), que incorporou também o antigo programa de repartição. O governo argentino também aumentou a taxa de contribuição de 0,85% do salário básico anual para 1,5%; passou a autorizar aposentadoria antecipada; os trabalhadores passaram a ser inscritos automaticamente no sistema de repartição, ao invés de ingressarem em uma das Administradoras de Fundos de Aposentadorias e Pensão (AFJP), salvo se os afiliados manifestassem interesse por uma ou outra Administradora.

Para a presidente Cristina Kirchner, o Estado é que deveria garantir as aposentadorias. As razões dadas pela presidente são fundamentadas na ineficiência do setor privado e no amparo legal da Constituição Argentina, que prevê que a segurança social seja

3. Segundo a legislação vigente, 3,6 milhões de pessoas não teriam obrigatoriedade de ter uma contribuição a elas vinculada. Destes, 1,2 milhão são empregados públicos; 300 mil estão na polícia ou Forças Armadas; 500 mil são trabalhadores sem cobertura institucional e os demais são menores de idade, aposentados ou trabalhadores familiares não remunerados.

4. Os termos pelos quais se define esta evasão também são complicados. Estima-se que dos 4,8 milhões de trabalhadores sobre os quais existe evasão, somente 2,2 milhões são assalariados, o que corresponde à evasão das empresas. Os demais trabalhadores teriam que contribuir em dobro para se inserir no sistema, destacando-se 1,2 milhão de trabalhadores autônomos, 700 mil trabalhadores rurais e 600 mil empregados domésticos.

concedida pelo Estado. O presidente da Administração Nacional da Seguridade Social (ANSES), Amado Boudou, sustentou que a proposta oficial vem “dar por encerrado o experimento fracassado do regime de capitalização”. Para ele, o sistema privado “foi um erro fenomenal que custou muito caro à sociedade argentina”, já que constituiu um saque pelo qual o Estado se endividou em US\$ 100 bilhões e pagou altas taxas de juros às administradoras que detinham títulos públicos. Dados do governo mostram que a rentabilidade dos fundos privados caiu 20% no último ano “e continuará dando prejuízos no futuro” ao compasso da crise financeira global (Folha Online, 21/10/2008)⁵.

Países como a Argentina, Chile, Uruguai, Costa Rica, dentre outros, que vivem os reflexos da “re-reforma”, tiveram, segundo afirma Matijascic (2010), aumento no valor de suas arrecadações, com efeitos positivos sobre a pobreza, o bem estar, bem como no valor das subvenções para os afiliados de baixa renda ou com empregos com alta rotatividade.

Tudo que foi exposto até aqui serve como indicador da maior eficiência do sistema de repartição sobre o de capitalização e de que as reformas paradigmáticas (estruturais) foram incapazes de solucionar os problemas previdenciários nos países a que foram submetidas. A Argentina é um exemplo clássico.

Diante do exposto, o trabalho deve ser intensificado no sentido de melhorar o sistema de repartição, com ajustes paramétricos (não estruturais) de caráter social e solidário.

A MAIOR VIABILIDADE DOS AJUSTES PARAMÉTRICOS

Muitos países, como o Brasil, EUA e Nicarágua, optaram por reformas paramétricas (não estruturais) que não ferem os direitos constitucionais e são eficazes quando deparadas com um mínimo de crescimento econômico. Enquanto isso, as reformas paradigmáticas, realizadas em países como Argentina e Chile, de mudança de regime e corte nos benefícios, geram conflitos sociais profundos, causam problemas fiscais devido aos altos custos de transição e separam a previdência social da Seguridade Social. Nunca é demais lembrar que, no conceito de Seguridade Social, prevalece o princípio Beveridgiano (no Brasil, após a CF de 1988), segundo

o qual os indivíduos não precisam obrigatoriamente contribuir financeiramente para ter direito ao benefício, e o acesso ao benefício está relacionado ao critério de cidadania.

O Brasil fez bem ao não mudar o rumo da história, ao preservar o modelo solidário de repartição. Mas isso não significa que estejamos longe dos problemas que circundam a Seguridade Social. Temos que ampliar a discussão de temas pertinentes à densidade contributiva, à desinformação e à “desconfiança” da sociedade diante das benesses da previdência social. Há problemas também ligados a um mercado de trabalho mais qualificado, que, inerentemente, se relaciona com a eficiência do aparato educacional e de melhorias na saúde do trabalhador.

No tocante à filiação, podemos considerar o fato de que os estoques de segurados, em forte expansão na última década, mais que dobraram a quantidade de contribuintes do RGPS, atingindo uma cobertura ao redor de 62% da PEA, mais cerca 6,0% no serviço público, corresponde já a pouco mais de 2/3 de força de trabalho no seguro social. Se, na década 2011/2020 houver ampliação dos segurados do RGPS e tal desempenho ocorrer no âmbito do incremento esperado do PIB (4,5% a 5,0% a.a.), o contingente de segurados do RGPS crescerá de 62% da PEA atual, para cerca de 81% no final da década, ritmo que é seguramente superior, cerca do dobro, ao crescimento “natural” da PEA no período considerado. Basta, portanto, que a formalização cresça no ritmo esperado do PIB para que se atinja em 2020 cobertura um pouco acima dos 80% de toda a População Econômica Ativa do RGPS, patamar de inclusão previdenciária que ficaria acima dos 86%, se considerados os servidores públicos dos RPPS (Delgado, 2010)⁶.

Essa inclusão se tornará mais eficaz se precedida de políticas mais robustas de inclusão previdenciária, principalmente por parte do governo, como, por exemplo, maiores incentivos à política de Educação Previdenciária do MPS, de maiores esforços no que concerne ao convencimento populacional da importância da previdência social, de educação previdenciária escolar em todo o Brasil, como é o caso da iniciativa da Secretaria de Estado da Educação de Goiás e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS),

5. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u45881o.shtml>>

6. DELGADO, Guilherme. C. *Desafios à Cobertura Previdenciária do RGPS*. Texto síntese da palestra ministrada no Seminário: “O Futuro da Previdência Social no Brasil, MPS/IPEA, 16 e 17 de março de 2011.

que já iniciaram um curso de formação de professores para a inclusão de conteúdos relativos à Previdência nas escolas públicas.

Não podemos almejar melhores rendas oriundas do trabalho se o país aparece entre os piores colocados no ranking internacional de ensino. Ficamos com a 53ª colocação entre 65 países no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa)⁷ de 2009, elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Melhores rendas e empregabilidade dependem, em grande parte, de melhorias na qualificação profissional que, por sua vez, têm como pré-requisito um ensino de qualidade e igualitário. Nada será resolvido se não seguirmos, minimamente, algumas recomendações do Banco Mundial, que afirma serem quatro as prioridades do Brasil para esta década, no que se refere à educação: i) melhoria da qualificação dos professores, ii) o fortalecimento da educação infantil, iii) mais qualidade para o ensino médio, e iv) mais eficiência no gasto público em educação.

Reforçando a importância dos gastos em educação, segundo o Comunicado do IPEA nº 75, com base em dados de 2006, cada R\$ 1,00 gasto com educação gera R\$ 1,85 de retorno ao PIB. Na saúde, para cada R\$ 1,00 investido, o retorno é de R\$ 1,70. Fazem parte da pesquisa os gastos de União, estados e municípios. Ainda segundo o estudo, os gastos sociais – com saúde, educação, programas sociais e previdência – têm melhor desempenho porque se desdobram em outras formas de renda, gerando consumo no mercado interno e contribuindo diretamente para a redução das desigualdades.

A saúde do trabalhador, por sua vez, não pode ser desconsiderada, pois se trata de fator determinante e articulado com as regras de aposentadoria, principalmente quando se refere ao aumento da expectativa de vida do brasileiro e ao questionamento da implantação de uma idade mínima de aposentadoria. A ANFIP já mostrou, em outros trabalhos, que não se resolve o problema da previdência implantando uma idade mínima e que muitos outros fatores deverão ser resolvidos primeiramente, para que um dia possamos pensar em estabelecer uma idade mínima. Alguns merecem destaque: i) diferenciar aquele trabalhador que foi obrigado a entrar muito cedo no mercado de trabalho,

daquele que ingressa no mercado de trabalho após a conclusão do curso superior, mestrado ou doutorado, e que começa a trabalhar com idade acima dos 25 anos, com maiores rendimentos e em melhores condições de trabalho; ii) desmistificar a questão demográfica, principalmente quando os argumentos partem do falso princípio de que a previdência social é financiada exclusivamente por contribuições sobre os salários, e iii) melhorar as condições de trabalho, a bem como a saúde da maioria dos trabalhadores. No caso brasileiro, viver mais não significa ter, na mesma magnitude, condições físicas ou mentais para o exercício da profissão. São muitas as formas de trabalho desumanas e insalubres diagnosticadas no nosso mercado de trabalho.

Sobre a saúde do idoso, acima dos 60 anos, a inclusão previdenciária resolve parcialmente os problemas se levarmos em conta as condições de saúde desse contingente, que corrobora para a problemática envolvendo sua permanência no mercado de trabalho. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2010, divulgada pelo IBGE, o padrão de mortes provocadas por causas infecciosas e transmissíveis no Brasil está sendo progressivamente substituído por óbitos decorrentes de doenças crônicas, degenerativas e também por causas externas ligadas a acidentes e à violência - essas duas últimas com menos frequência para o idoso.

A pesquisa indica que quase a metade dos idosos (48,9%) do país sofre de mais de uma doença crônica, como diabetes, problemas cardiovasculares e câncer. A SIS mostra que, à medida que a pessoa envelhece, maiores são as chances de contrair uma doença crônica. Entre as doenças, a hipertensão é a que mais aparece em idosos, atingindo 50% da população acima de 60 anos. Dores na coluna e artrite ou reumatismo também são frequentes e atingem 35,1% e 24,2%, respectivamente, das pessoas nessa faixa etária.

Em relação à saúde, também chama a atenção o fato de 32,5% dos idosos não terem o domicílio cadastrado em programas de saúde do governo ou não terem cobertura de planos particulares.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Não obstante os múltiplos esforços realizados pelos países da América Latina a fim de melhorar e reformar seus sistemas de pensões, estes foram incapazes de proporcionar uma adequada proteção a importantes segmentos da população. Nesse âmbito, a expansão da cobertura continua sendo a principal tarefa

7. Programa internacional de avaliação comparada, cuja principal finalidade é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.

pendente. Hoje, de cada 10 pessoas com mais de 70 anos de idade, apenas quatro recebem diretamente algum tipo de renda a título de aposentadoria ou de pensão. Com efeito, em alguns dos países de menor renda por habitante, tal proporção chega a ser inferior a 20%, o que reproduz as desigualdades de acesso ao bem-estar em cada etapa da vida das pessoas.

De modo geral, as dificuldades em matéria de sustentabilidade financeira e déficit fiscal persistiram nos países que optaram pela introdução de esquemas de capitalização individual, como foi o caso argentino, dado que os custos de transição foram maiores e mais persistentes do que as projeções feitas. Sob essa ótica, as reformas de tipo paramétrico foram mais bem sucedidas em alguns casos, na medida em que não geram esses tipos de custos. Todas as reformas, entretanto, apresentaram a característica comum de não terem conseguido estender, em grande magnitude, os benefícios do crescimento e da modernidade aos setores tradicionalmente excluídos da proteção social contributiva. Por conseguinte, aliviar os problemas de cobertura continua sendo um dos principais desafios pendentes (CEPAL, 2006).

O ajuste argentino afetou diretamente a previdência por meio da redução das contribuições dos trabalhadores aos fundos de pensão. Essas medidas provocam a diminuição do montante destinado à capitalização e da rentabilidade dos investimentos, o que necessariamente implicou a redução dos benefícios, pois as perspectivas de benefícios menores desincentivam a filiação ao sistema, diminuindo a sua cobertura. Esse fato se agravaria se o governo argentino não optasse por fazer uma “Re Reforma” do sistema.

No modelo de reforma argentino, os objetivos econômicos tiveram grande influência na formulação dos projetos de reforma, ao passo que os objetivos sociais tiveram importância secundária. Esse é o grande diferencial dos objetivos do pilar misto argentino para o pilar de repartição adotado pelo Brasil.

No caso brasileiro, o sistema de repartição, com solidariedade entre as gerações, conjugado com transferências fiscais, suportou melhor os períodos recessivos, não permitindo queda brusca de arrecadação, além de ter efeitos positivos sobre a pobreza e o bem estar da população.

O foco dos problemas previdenciários no Brasil não está em corrigir erros de mudanças estruturais, como foi o caso da Argentina e do Chile, mas em enfrentar problemas crônicos que resultam de décadas de atuação das políticas neoliberais, como: a baixa densidade contributiva, o

descrédito da previdência social junto à sociedade, a necessidade de maior qualificação profissional capaz de gerar empregabilidade e melhores salários e a de melhorias na saúde do trabalhador.

REFERÊNCIAS

CEPAL. *Enfrentando o futuro da proteção social: acesso, financiamento e solidariedade (síntese)*. 31º Período de Sessões da Cepal. Montevideu, Uruguai, 20 a 24 de março de 2006.

KAY, Stephen. J. Privatizações inesperadas: política e reforma da previdência social no Cone Sul. In: COELHO, V. (org.). *A reforma da previdência na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MATIJASCIC, M. *Reformas de Pensiones Socialmente Inclusivas y Financieramente Sustentables*. La re-reforma de los sistemas de pensiones en las Américas: una visión comparativa preliminar. Foro Regional de la Seguridad Social para las Américas: ISSA, Brasília, 24-27 de mayo de 2010.

MEDICI, André. C. *Avaliando a Reforma da Previdência na Argentina Durante os Anos 90*. Washington (DC), 2003. Disponível em: <<http://www.infolizer.com/i1ad4b2a1or7g/Avaliando-a-reforma-da-previdencia.html>>.

MESA-LAGO, C. Las reformas de las pensiones en América Latina y la posición de los organismos internacionales. *Revista CEPAL n° 60*: Cepal, 1996.

_____. *Las reformas de pensiones en América Latina y su impacto en los principios de la seguridad social*. Santiago, Chile: Proyecto Cepal/GTZ Desarrollo y equidad social em América Latina y el Caribe. 2004 (Serie Financiamiento del Desarrollo, n. 144).

PAIVA, L.; ANSILIERO, G. A Desoneração da Contribuição Patronal sobre a Folha de Pagamentos - uma solução à procura de problemas. *Revista PPP – Planejamento e Políticas Públicas*: IPEA. Brasília, ed. n° 32, junho de 2009.

PINHEIRO, Vinícius. C. Reforma da Previdência e Crise na Argentina. *Informe de Previdência Social: MPS*, vol. 13, n° 12, dez/2001.

SOARES, Laura T. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

Arrecadação Bancária

tem crescimento real de 10% no 1º trimestre de 2011

No 1º trimestre de 2011, diferentemente de anos anteriores, as receitas referentes à arrecadação, vinculadas à Previdência Social e apuradas mediante o acompanhamento diário de recebimentos de recursos financeiros no caixa do INSS, praticamente não tiveram crescimento nominal. No entanto, se considerarmos a inflação do período, ou seja, apurando o valor em termos reais¹, verifica-se um decréscimo de 6,0%. Os recebimentos de caixa que nos três primeiros meses de 2010 somaram R\$ 84,83 bilhões reduziram-se para R\$ 84,80 bilhões em 2011 (Tabela Fluxo de Caixa). O que explica essa redução é a diminuição de cerca de R\$ 10,0 bilhões na rubrica “Transferências da União”, de maneira desagregada, redução nas rubricas “Cofins e Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor” (R\$ 6,6 bilhões) e “Recursos Ordinários / Cofins-TRF” (R\$ 3,3 bilhões).

As Receitas Previdenciárias Próprias (Recebimentos Próprios Diretos) alcançaram o valor de R\$ 60,04 bilhões no acumulado de 2011. Deduzidas as Transferências a Terceiros, iguais a R\$ 6,98 bilhões, apuram-se as Receitas Próprias Líquidas (RPLs) no valor de R\$ 53,06 bilhões. Se comparadas com os primeiros três meses de 2010, quando as RPLs totalizaram R\$ 45,28 bilhões, o crescimento nominal foi de 17,2%, e o real, de 10,2%.

A Arrecadação Bancária, rubrica mais significativa das Receitas Previdenciárias Próprias, teve incremento nominal de 16,8% e real de 9,9%, comparando o total acumulado do 1º trimestre de 2010 com o de 2011. Em valores monetários correntes, o valor passou de R\$ 46,57 bilhões para R\$ 54,40 bilhões. Em 2010 ela representava 54,9% das receitas próprias e, em 2011, o percentual aumentou para 64,2%.

O Simples Nacional - regime tributário diferenciado, simplificado, previsto na Lei Complementar (LC) nº 123 de 2006 (alterada pela LC nº 127 de 2007), aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte, a partir de julho de 2007 - equivaleu, no acumulado de janeiro a março de 2011,

a 7,8% dos Recebimentos Próprios. No mesmo período de 2010, esse percentual foi menor, correspondendo a quase 7,2% dos Recebimentos Próprios.

Já os recursos provenientes do Orçamento da Seguridade Social (Transferências da União) totalizaram, no período de janeiro a março de 2011, uma soma equivalente a R\$ 11,26 bilhões, valor bem inferior aos R\$ 21,24 bilhões de 2010. Em termos nominais houve um decréscimo de 47,0% e, considerando a inflação, uma redução de 50,1%.

A Cofins/LOAS, rubrica que suporta o pagamento de benefícios pelo INSS, representou, no 1º trimestre de 2011, 61,0% do total repassado pelo Ministério da Fazenda. Em valores nominais houve redução no valor recebido de 3,8% em relação ao acumulado de 2010. Já em valores reais a redução foi de 9,5%.

Sob a ótica das Despesas Totais (Pagamentos), os três primeiros meses de 2011 somaram R\$ 78,57 bilhões, o que expressa um aumento nominal de 6,7% e um crescimento real de apenas 0,4%, haja vista que em 2010 o total foi de R\$ 73,64 bilhões (ou R\$ 78,28 bilhões em termos reais).

A diferença entre as Receitas Próprias Líquidas² do INSS e o Total de Benefícios do RGPS foi de R\$ 9,33 bilhões negativos em 2011. O saldo teve variação real de 37,7%, considerando a inflação medida pelo INPC do período, já que em 2010 essa mesma diferença foi de R\$ 14,10 bilhões negativos. É importante ressaltar que esse resultado não computa nenhuma outra receita do Orçamento da Seguridade Social, o qual se mantém superavitário.

A Receita Previdenciária segue apresentando resultados satisfatórios, principalmente com o aumento das ocupações formais (novos postos e outros saindo da informalidade). Caso haja uma crescente continuidade do processo de formalização com crescimento sustentado da economia, não apenas a arrecadação previdenciária, mas todas as atividades relacionadas à tributação serão impactadas positivamente.

1. Os valores reais foram atualizados mensalmente pelo INPC a preços de março de 2011.

2. Receitas Próprias Líquidas correspondem a Receitas Previdenciárias Próprias deduzidas as Transferências a Terceiros.

Fluxo de Caixa do INSS - 1º trimestre de 2011

R\$ mil correntes

Discriminação	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011	jan/11	fev/11	mar/11
1. SALDO INICIAL	4.174.157	4.691.497	4.691.497	11.033.629	11.191.458
2. RECEBIMENTOS	84.829.489	84.801.728	32.903.120	26.140.730	25.757.877
2.1 Próprios	51.097.647	60.036.806	20.391.777	19.718.033	19.926.995
- Arrecadação Bancária	46.570.177	54.403.586	18.107.721	18.099.330	18.196.534
- Arrecadação SIMPLES ⁽¹⁾	18.422	14.732	5.387	4.674	4.671
- Arrecadação SIMPLES NACIONAL ⁽¹⁾	3.653.828	4.685.274	1.858.932	1.385.170	1.441.172
- Arrecadação REFIS	30.255	29.817	10.714	9.453	9.650
- Arrecadação FNS / Comprev / Dec.6.900/09 ⁽¹⁾	137	519	415	20	84
- Arrecadação Lei nº 11.941/09	511.510	523.152	166.969	166.745	189.438
- Arrecadação FIES ⁽¹⁾	112.980	43.219	43.219	-	-
- Depósitos Judiciais	262.886	378.670	205.007	66.280	107.383
- Ressarcimento de Arrecadação	-	-766	-766	-	-
- Restituições de Arrecadação	-62.549	-41.397	-5.821	-13.639	-21.937
2.2 Rendimentos Financeiros	249.008	34.763	18.699	13.405	2.659
- Remuneração s/ Arrecad. Bancária	386	623	349	162	112
- Rendimentos Aplicações Financeiras	248.622	34.141	18.351	13.243	2.547
2.3 Outros	48.500	70.280	13.917	39.726	16.637
2.4 Antecipação da Receita (Tesouro Nacional)	12.196.653	13.402.442	7.586.767	3.284.909	2.530.766
2.5 Transferências da União	21.237.682	11.257.436	4.891.960	3.084.657	3.280.820
- Recursos Ordinários	715.250	261.123	137.961	57.659	65.504
- Concursos e Prognósticos	40.587	33.280	16.092	6.571	10.616
- Operações de Crédito Externa	3.322	10	-	-	10
- Contribuição Social sobre o Lucro	1.241.673	1.184.690	368.950	381.055	434.686
- COFINS e Contribuição do Plano de Seguridade Social	7.751.172	1.111.812	377.117	368.360	366.335
Servidor					
- Contribuição Provisória s/ Mov. Financeira	17.092	-	-	-	-
- Recursos Ordinários / COFINS - TRF	4.036.030	660.265	219.743	169.853	270.669
- Juros de Mora da Receita Adm. Pela SRF	-	395.171	395.171	-	-
- Contribuição Social sobre o Lucro - Contrapartida	-	-	-	-	-
- Devolução do PSS / PASEP / Outros	-	-	-	-	-
- Receitas de Honorários de Advogados	-	375.946	375.946	-	-
- Compens. Finan.p/ Expl. de Petr ou Gas. Natural	-	-	-	-	-
- COFINS - EPU	294.000	370.603	190.603	35.000	145.000
- COFINS/LOAS	7.138.555	6.864.536	2.810.378	2.066.158	1.988.000
3. PAGAMENTOS	73.637.911	78.569.752	26.560.988	25.982.902	26.025.862
3.1 Pagamentos do INSS ⁽²⁾	67.824.708	71.589.253	23.350.371	24.081.530	24.157.351
3.1.1 - Total de Benefícios	65.315.832	69.093.094	22.393.626	23.275.703	23.423.765
3.1.1.1 - Total de Benefícios Pagos (a + b)	65.016.886	68.757.575	22.259.208	23.214.155	23.284.212
a) Benefícios Previdenciários	59.382.156	62.386.629	20.137.695	21.093.232	21.155.702
- Benefícios - INSS	55.026.780	61.391.825	19.806.969	20.810.420	20.774.436
- Sentenças Judiciais - TRF	4.036.030	660.265	219.743	169.853	270.669
- Sentenças Judiciais - INSS	14.256	29.501	4.752	13.740	11.010
- Comprev ⁽³⁾	305.090	305.037	106.231	99.220	99.587
b) Benefícios não Previdenciários	5.634.729	6.370.946	2.121.513	2.120.924	2.128.510
- Encargos Previdenciários da União - EPU	239.317	317.625	151.550	83.879	82.196
- Amparos Assistenciais - LOAS	5.395.413	6.053.320	1.969.963	2.037.044	2.046.314
3.1.2 - Devolução de Benefícios	-298.947	-335.519	-134.418	-61.548	-139.554
3.1.3 Pessoal	2.239.613	2.292.060	864.721	720.410	706.929
3.1.4 Custeio	568.210	539.618	226.442	146.965	166.210
3.2 Transferências a Terceiros	5.813.203	6.980.499	3.210.616	1.901.371	1.868.511
4. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE OUTRAS ENTIDADES	118.161	142.651	65.338	39.028	38.285
5. Saldo Previdenciário (Arrec. Líquida - Benef. Previdenciários)	-14.215.873	-9.472.973	-3.021.872	-3.315.597	-3.135.503
6. Saldo Arrecadação Líquida - Total de Benefícios Pagos	-19.850.603	-15.843.919	-5.143.385	-5.436.521	-5.264.013
7. Saldo Operacional (Receita Total - Pagamento Total)	11.191.578	6.231.976	6.342.132	157.829	-267.985
8. Saldo Final	15.365.735	10.923.473	11.033.629	11.191.458	10.923.473

FONTE: Divisão de Programação Financeira do INSS. Boletim Estatístico da Previdência Social - Vol. 16 Nº 03

(1) Recursos transferidos pela União. (2) Inclui valores de benefícios devolvidos. (3) A partir de 2008 o valor da compensação previdenciária foi contabilizado em separado.

Notas: 1. A conta Transferência à Terceiros engloba as contas de transferências de recursos ao SENAR, SENAI, SESI, etc.

2. Arrecadação Líquida corresponde a Recebimentos Próprios menos Transferências a Terceiros.

3. Os valores de Benefícios Previdenciários incluem: provisionamento da maquiagem, empresas convenientes, benefícios no exterior, COMPREV, sentenças judiciais, reembolso de salário-família e maternidade e RPB (auxílios).

4. Dados preliminares, sujeitos a alterações.



Paulo Nathanael Pereira de Souza

Graduado em Economia e em Administração e doutor em Educação; professor universitário nas áreas de Economia, História e Educação; ex-membro dos Conselhos Estadual (SP) e Federal de Educação e presidente deste último; ex-secretário municipal de Educação e Cultura de São Paulo (1971-1974) e ex-diretor Executivo da Fundação CENAFOR, ligada à OIT. Consultor especializado em assuntos universitários e ex-presidente do Conselho Diretor do CIEE (Centro de Integração Empresa Escola).

De educação, emprego e trabalho

Quando se pensa em mercado de trabalho, há que dividi-lo, segundo a sua verdadeira estrutura: de um lado, os empregos formais, que entre nós se regem pela CLT e, de outro, as demais relações de trabalho, que envolvem formas as mais variadas, como: profissionais liberais, comércio de esquina, indústria caseira, empreendedores diversos, etc, etc. Até porque, em termos quantitativos, o mercado brasileiro hoje se reparte meio a meio, entre celetistas e trabalhadores informais, com forte tendência de ultrapassagem daqueles por estes.

Apesar disso, quando se fala em reforma trabalhista – uma exigência inadiável destes tempos de modernidade e mundialização –, arma-se por toda parte uma verdadeira tempestade em copo d'água, dado o fato de que, quem pensa em trabalho parece pensar só em emprego. Ademais, não se pode ignorar que uma série de gigantescas instituições, como os sindicatos patronais e trabalhistas, os órgãos da Justiça e do Ministério do Trabalho e Emprego, formam uma floresta, cujas raízes se aprofundam no solo fértil da CLT. Se se mexer nessa lei sagrada, outorgada à nação pelo santo dos trabalhadores brasileiros, que já não é São José, e sim, São Getúlio Vargas, essa floresta corre o risco de desabar.

Acontece que, ao se falar em reforma das leis do trabalho, o que se quer na verdade é promover a inclusão, nas proteções possíveis de uma nova legislação, de todo o leque das profissões praticadas ao desabrigo da CLT, sem extinguir o que os cruzados do formalismo empregatício chamam de “sagradas conquistas do trabalhador”, as quais, na verdade, são os bem-aventurados privilégios da empregabilidade formal. Trata-se, pois, de incluir nessa ou em uma nova proteção legal os informais, sem necessariamente mexer com os formais. Estes podem e devem continuar, bem como as estruturas institucionais e sindicais, que cresceram à sua sombra. O importante mesmo é reconhecer como úteis, necessárias e indispensáveis à nova economia, as muitas formas emergentes de trabalho, que se foram desenvolvendo ultimamente à margem do formalismo, e cujos agentes permanecem à espera de uma lei, que os ampare, defenda e promova, em nome da isonomia com os demais trabalhadores e da prática de uma Justiça Social, que vá além do atual conceito de empregabilidade.

Os equívocos que, no Brasil, misturam emprego com trabalho, também afloram – e com destaque – nas discussões sobre desemprego. E quando o mercado contrata lotes de milhões de novos empregados, como

aconteceu no decorrer de 2007, uma certa imprensa, não se sabe se por ignorância ou por viés ideológico, festeja o feito, como se fôra milagre, embora omitindo duas informações igualmente importantes: uma, a de que são em geral empregos de baixa qualificação; outra, a de que geram salários pífios, de quase nenhum poder aquisitivo. Ainda que precários, esses empregos servem, todavia, para aliviar o negativismo das estatísticas e dar uma certa euforia à pobreza nacional (pelo menos àquela que ainda crê no trabalho e se nega a pedir demissão do emprego, para tornar-se beneficiária de políticas filantrópicas do tipo bolsa - disto e daquilo).

Mas, o pior problema não está aí, e sim naqueles setores que exigem qualificações maiores do trabalhador para a conquista de um posto de trabalho. São as funções técnicas intermediárias, que permanecem sem titulares por muito tempo, porque não há gente capacitada para ser contratada. Sabe-se que à medida que se reciclam tecnologicamente as empresas, mormente as que lidam com as atividades dos setores sucroalcooleiro, petrolífero, de construção civil, financeiro, hard e software, entre tantos outros, vão elas se tornando mais exigentes para com os candidatos a emprego. Nesses casos, o principal culpado pela insuficiência de trabalhadores com preparo mínimo para o exercício profissional é a educação básica de péssima qualidade, praticada hoje no Brasil. Ademais da incapacidade da escola para entregar à sociedade jovens minimamente qualificados para a inclusão social e o trabalho, ainda ocorre que a escolaridade média do brasileiro não passa de cinco anos, o que, nos países mais desenvolvidos, se mede por dez ou doze. Sobram empregos e escasseiam candidatos com credenciais para ocupá-los.

Para se ter ideia da gravidade dessa situação, em tudo e por tudo paradoxal, recentemente, em Santo André, onde havia 49.000 desempregados, deu-se a oferta de 25.000 postos de trabalho (50% do total de desempregados). Sabem quantos puderam ser aproveitados? Apenas 9.200! Daí poder-se dizer que, mais grave do que o desemprego no Brasil, é a deseducação do jovem, que vê o emprego, mas não o captura por falta de competência intelectual. Quanto vai, ainda, demorar para que as autoridades do ensino deste país consigam enxergar o apocalipse que, de há muito, nos rodeia?

As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da ANFIP.

Legislação

Previdenciária

5ª Edição



Publicação atualizada
até 08/04/2011

Única no país a conter os textos das Leis 8.212 e 8.213, de 24/07/91, atualizados, e as redações originais com os artigos alterados, os acrescentados, os revogados e os vetados. Também está incluído o texto do Decreto nº 3.048, de 06/05/99



Fundação ANFIP de
Estudos da Seguridade Social
www.fundacaoanfip.org.br



Consultas no site: www.fundacaoanfip.org.br

Fundação ANFIP

Nossa MISSÃO

Produzir e disseminar conhecimento na área de seguridade social e tributária, em todo o território nacional, contribuindo para a defesa e a preservação dos direitos sociais e da cidadania.

Nossa VISÃO DE FUTURO

Ser um centro de excelência no conhecimento aplicado às políticas sociais.



Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social

www.fundacaoanfip.org.br

SBN Quadra 01 Bloco H Edifício ANFIP Sala 45 - CEP 70.040-907 / Brasília - DF
Telefone: (61) 3326-0676 Fax: 3326-0646 / fundacao@anfip.org.br